

EMERSON GREGUER

**ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRO DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO
TUPY S.A NOS ANOS DE 2006 A 2010**

CURITIBA

2012

EMERSON GREGUER

**ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRO DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO
TUPY S.A NOS ANOS DE 2006 A 2010**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sónias Aplicada da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria.

**Prof.º Orientador: MSc. Moisés Prates
Silveira**

CURITIBA

2012

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO(A): EMERSON GREGUER

TÍTULO DO TRABALHO: ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO TUPY S.A. NOS ANOS DE 2006 A 2010

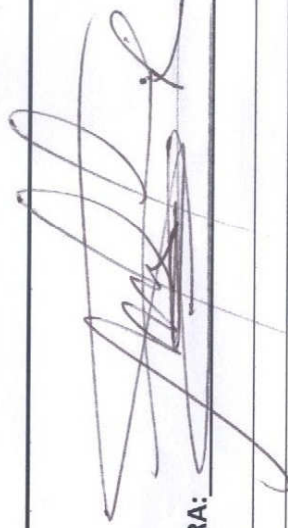
NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: MOISÉS PRATES SILVEIRA

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

O estudo da Tupy está baseado na aplicação das técnicas objetivas demonstrar a situação econômico-financeira durante o período 2006 a 2010.

NOTA: 90 (noventa)

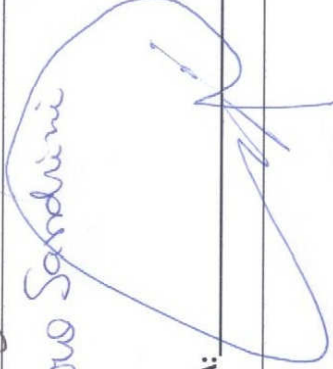
) ASSINATURA:



NOME DO PROFESSOR DESIGNADO: Jackson Ciro Sandrini

NOTA: 90 (NOVENTA)

) ASSINATURA:



CONCEITO FINAL: 90 (noventa)

COORDENADOR DO CURSO: *Jackson Ciro Sandrini*

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

RESUMO

Grandes mudanças estão acontecendo no mercado financeiro internacional, algumas por sinal são capazes de desequilibrar uma empresa podendo leva – lá a falência. Tomando como base este cenário, como uma companhia deve estar preparada econômico-financeira para superar ou sobreviver durante estas crises. Um dos pontos principais que determinam essa condição é mensurar e analisar as demonstrações contábeis apontando situação econômico-financeira que a empresa se encontra. Com isso a viabilidade deste presente trabalho visa demonstrar por meio de fórmulas, métodos e procedimentos que possam identificar atual situação da entidade. A empresa selecionada para execução deste estudo é TUPY S.A, de acordo com a consulta on-line no website da empresa é a maior indústria de Fundação da América Latina, em 2010 obteve uma receita líquida de R\$ 1,871 milhões e um lucro líquido de R\$ 154,4 milhões, além de apresentar este números como resultado para atrair investidores para suas demonstrações deve sempre estar de acordo com as leis que lhes cabe, mas apresentar as demonstrações cheias de números não auxilia na tomada de decisão rápida em questão de investir ou não na empresa, com a apresentação das análises dos períodos contábeis fica mais rápido e fácil convencer o investidor a se associar-se gerando mais origens de recursos para alimentar as novas aplicações. O fato de conhecer e interpretar as demonstrações contábeis da empresa e ter uma visão ampla destas informações por meio destas análises, também pode auxiliar a encontrar empresas que publicam suas demonstrações contábeis no mercado financeiro, a fim de investir com ações na bolsa de valores para obter rendimentos acima dos pré-fixados como, por exemplo, poupança ou fundos de investimentos existentes em bancos.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Situação econômico-financeira. Análises Vertical e Horizontal.

ABSTRACT

big changes are happening in the international financial market, some by the way are capable of destabilizing a company can take - there bankruptcy. Based on this scenario, how a company should be prepared to overcome economic and financial or survive during these crises. One of the main points that determine this condition is to measure and analyze the financial statements indicating financial situation the company finds itself. Thus the feasibility of this present work aims to demonstrate through formulas, methods and procedures that can identify the current status of the entity. The company selected to run this study Tupy SA, according to the online consultation on the company website is the largest foundry industry in Latin America in 2010 obtained a net income of \$ 1.871 million and a net profit of \$ 154.4 million, and present these numbers as a result to attract investors for their statements should always be in accordance with the laws they should have, but to present statements full of numbers does not help in quick decision in a matter of whether to invest in the company, with the presentation of the analysis of accounting periods is faster and easy to convince investors to join up generating more sources of funds to feed the new applications. The fact of knowing and interpreting the financial statements of the company and take a broad view of this information through these analyzes, can also help you find companies that publish their financial statements in the financial market, in order to invest in shares on the stock exchange for incomes above the pre-set, for example, savings or investment funds in existing banks.

Keywords: Financial Statements. Economic and financial situation. Analysis Vertical and Horizontal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O CONCEITO BÁSICO DE CONTABILIDADE	8
2.1 OBJETIVOS	9
2.2 OS CENÁRIOS CONTÁBEIS.....	10
2.3 OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS.....	10
2.3.1 Princípio da Entidade.....	11
2.3.2 Princípio da Continuidade.....	11
2.3.3 Princípio da Oportunidade	12
2.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original	12
2.3.5 Princípio da Atualização Monetária.....	12
2.3.6 Princípio da Competência	13
2.3.7 Princípio da Prudência	13
3 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
3.2 O BALANÇO PATRIMONIAL	17
3.2.1 Reestruturação de Balanço Patrimonial.....	18
3.2.2 Atualizações do BP e DRE pelo IGPM	18
3.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	19
3.4 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS OU DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
3.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	21
3.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22
3.7 NOTAS EXPLICATIVAS	23
3.8 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	25
3.9 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	26
4 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL E CICLOMETRIA	27
4.1 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL.....	27
4.2 ÍNDICES BÁSICOS DE ANÁLISES	28
4.3 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES	29
4.4 CICLOMETRIA.....	30
4.4.1 Ciclo Operacional.....	30
4.4.2 Ciclo Econômico	31
4.4.3 Ciclo Financeiro	31
5 ANÁLISE AVANÇADA DO CAPITAL DE GIRO	34
5.1 Dinâmica Financeira (Modelo Fleuriet) do Capital de Giro.....	34
5.2 Capital de Giro (CCL).....	34
5.3 Necessidade de capital de Giro (NCG ou IOG ou KT)	35
5.4 Saldo da Tesouraria (T)	36
5.5 Tipos de Balanço	36
6 ESTUDO DE CASO	37
6.1 METODOLOGIA	37
6.1.1 Classificação Metodológica	37
6.1.2 Procedimentos Metodológicos	38
6.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o cenário econômico internacional está enfrentando grandes oscilações, até mesmo crises que afetam diretamente no âmbito econômico-financeiro das empresas. Diante disto os executivos, gerentes e analistas financeiros estão procurando aperfeiçoar suas técnicas de análises para tentar identificar e se prevenir destas mudanças que são cada vez mais frequentes, visando a sobrevivência da companhia.

O presente estudo visa demonstrar os métodos e procedimentos de análise das demonstrações contábeis da empresa. Estas demonstrações que por sua originalidade são complexas e muitas vezes não compreendidas pelos gestores da forma que é apresentada, com as técnicas de análise é possível extrair informações mais claras e objetivas, apresentando-as de modo mais simplificado, isso tende a auxiliar nas tomadas de decisões da companhia, fazer investimentos em novos empreendimentos até mesmo explorar outras empresas visando investimentos e principalmente identificar a evolução e qual a atual situação financeira da empresa em determinado período.

Dentro das demonstrações obrigatórias para as empresas de capital aberto existe um relatório chamado Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); neste é possível verificar os lucros e prejuízos da companhia em determinados períodos, mas mesmo apresentando lucro a empresa pode não estar financeiramente ou economicamente muito rentável. Neste caso, determinar os ciclos de vida do estoque, prazos de recebimento e/ou pagamento, a necessidade de capital de giro, a análise do seu capital próprio e grau de endividamento auxiliam diretamente para mapear a posição em que a empresa se encontra financeiramente.

Todos estes índices gerados por intermédio das análises apresentadas neste estudo, além de auxiliar no mapeamento da situação econômico-financeira da empresa, pode ser também utilizado como base histórica para verificar a evolução da companhia. Esta mesma base de dados pode auxiliar na prevenção ou orientação para melhorar os processos e operações que possam elevar o nível

competitividade da empresa perante aos seus concorrentes, visando sempre o melhor desempenho para gerar lucros cada vez mais crescentes.

Deve-se ressaltar que, em razão da competitividade do mercado, é necessário estar sempre atento aos registros financeiros da empresa, este sempre subsidiado pelo departamento de contabilidade, analisando suas demonstrações financeiras como Balanço Patrimonial e DRE. Isso é necessário não apenas para verificar a evolução das contas ou lucro/prejuízo do período; as análises devem expor a situação financeira, neste caso identificar quais os pontos fortes da companhia bem como os pontos fracos que merecem ser avaliados e tratados.

A questão orientativa desta pesquisa é seguinte: Qual a posição econômico-financeira da empresa TUPY S.A no período de 2006 a 2010? Esta companhia atua no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos fundidos e usinados em ferro, com elevado conteúdo tecnológico. Tais produtos incluem blocos de motores, cabeçotes e outros componentes para sistemas de transmissão, suspensão, frenagem e direção, destinados à indústria automotiva mundial.

2 O CONCEITO BÁSICO DE CONTABILIDADE

Desde a antiguidade através da escrita, o homem estudava a riqueza e a tinha como meio fundamental para a satisfação de suas necessidades. A informação expressava a riqueza que "estava" naquela região ou naquele lugar, no entanto, o sentido principal de registrar era o de saber "o quê" e "quanto tinha" de riqueza para as necessidades humanas, principalmente para as épocas de depressão social, que poderiam vir a existir. Ação ao homem que, outrora, precisava sobreviver e, hoje, precisa garantir o seu bem-estar pelo uso adequado da riqueza (HERCKERT; SILVA, 2006).

A Contabilidade é uma ciência social que estuda as alterações patrimoniais das entidades e busca compreender as causas de suas variações. O conjunto de bens, direitos e obrigações denominado como patrimônio é o objeto de estudo da Contabilidade. Porém, cada ciência possui uma definição própria para o patrimônio. Para a ciência jurídica o Patrimônio é o conjunto de objetos de direito e de obrigação. Para a ciência econômica o patrimônio é uma riqueza coletiva que pode ou deve cumprir a necessidade coletiva. O patrimônio para a Contabilidade é estudada pelos aspectos qualitativos e quantitativos. Pelo aspecto qualitativo do patrimônio entende-se como o conjunto dos bens, direitos e obrigações. Estes na verdade são apresentados em contas, a saber: caixa, máquinas, veículos, contas a receber, contas a pagar... Pelo aspecto quantitativo entende-se a expressão monetária da exposição qualitativa. Ou seja, as contas: caixa, máquinas, veículos, contas a receber... possuem saldos monetários que apresentam a posição quantitativa do patrimônio. Desta forma, qualificamos e quantificamos o patrimônio de uma entidade (PINTO, 2005).

2.1 OBJETIVOS

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização (FIPECAFI, 2007).

O objetivo principal da Contabilidade é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Em ambas as avaliações, todavia, as demonstrações contábeis constituirão elemento necessário, mas não suficiente. Sob o ponto de vista do usuário externo, quanto mais à utilização das demonstrações contábeis se referirem à exploração de tendências futuras, mais tenderá a diminuir o grau de segurança das estimativas envolvidas. Quanto mais a análise se detiver na constatação do passado e do presente, mais acrescerá e avolumar importância da demonstração contábil (FIPECAFI, 2007).

Os usuários da Contabilidade constituem em:

- Acionistas/cotistas (pessoas interessadas primariamente na rentabilidade e segurança de seus investimentos);
- Administradores (responsáveis pela tomada de decisão, daí o interesse nos dados contábeis que informam o que aconteceu no passado e o que está acontecendo no presente);
- Emprestadores de dinheiro (necessitam conhecer o nível de segurança que terão com relação ao retorno de seus recursos);
- Governo (interesse na arrecadação dos tributos, bem como análises globais e setoriais da economia como um todo);
- Mercado (investidores em potencial, através de análises globais e setoriais da economia como um todo);
- Funcionários (através das representações de classe, quando, por exemplo, das reivindicações de reajustes salariais).

2.2 OS CENÁRIOS CONTÁBEIS

Segundo Mendes (2003) a Contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto as suas finalidades, mas, como metodologia de mensuração, abarca tanto o social quanto o quantitativo. É em parte quantitativa, em sua forma de materialização na equação patrimonial básica, que não admite desgarramentos de sua lógica formal:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO}$$

Ou, expandindo:

$$\text{ATIVO} + \text{DESPESAS} + \text{PERDAS} - \text{RETIFICAÇÕES DE ATIVO} = \text{OBRIGAÇÕES} + \text{RECEITAS} + \text{GANHOS} + \text{CAPITAL} + \text{LUCROS} - \text{RETIFICAÇÕES DE OBRIGAÇÕES}$$

Tais equações, por serem sempre satisfeitas, assumem o caráter de identidades contábeis. O mecanismo de débito e crédito nas contas (partidas dobradas) deságua, necessariamente, nas identidades supramencionadas.

2.3 OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Princípios contábeis podem ser conceituados como premissas básicas acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela Contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional (IUDÍCIBUS, 1998).

O campo de atuação preferencial da Contabilidade é constituído pelas entidades, sejam elas de finalidade lucrativa ou não, e procura captar e evidenciar as variações ocorridas na estrutura patrimonial e financeira, em face das decisões da administração e também das variáveis exógenas que escapam ao controle e ao poder de decisão da administração (IUDÍCIBUS, 1998).

Constituem os Princípios Fundamentais de Contabilidade (P.F.C.) os enunciados pela Resolução CFC nº750 de 29 de dezembro de 1993 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3.1 Princípio da Entidade

Este princípio reconhece a diferença entre o patrimônio pessoal do sócio e o patrimônio da entidade. Veja o que diz a resolução CFC 750/93:

Art. 4º - O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

2.3.2 Princípio da Continuidade

Este princípio conceitua que a entidade tem "vida própria" e pode ser influenciada por fatores da conjuntura econômica do mercado, mudanças das políticas governamentais, problemas internos das próprias Entidades, entre outros fatores que podem afetar sua continuidade. Veja o que diz a resolução CFC 750/93:

Art. 5º - A Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. § 1º - A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível. § 2º - A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

2.3.3 Princípio da Oportunidade

Este princípio responsabiliza o contabilista a registrar os fatos que dão origem a um registro contábil no momento em que os mesmos aconteçam. Para que a informação gerada pela Contabilidade seja fidedigna e utilizada pelos diversos usuários em tempo hábil é necessário que os registros sejam efetuados em tempo rápido e oportuno. Veja o que diz a resolução CFC 750/93:

Art. 6º - O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram...

2.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

O princípio destaca dois aspectos importantes para a contabilização. O primeiro desta a importância do registro contábil ser efetuado de acordo com o valor de entrada e não pelo valor de saída, ou seja, qualquer compra ou aquisição deverá ser contabilizada pelo seu valor original ao invés de seu valor de saída ou de mercado. O segundo, destaca a utilização de moeda corrente do país como unidade monetária, homogeneizando o valor do patrimônio. Veja o que diz a resolução 750/93:

Art. 7º - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade...

2.3.5 Princípio da Atualização Monetária

Este princípio reconhece a variação do poder aquisitivo da moeda nacional por um determinado período. Em tempos passados de alta inflação, a Contabilidade reconhecia e registrava os ajustes decorrentes da inflação por meios de correção monetária ou correção integral. Atualmente, estamos dispensados de correções monetárias nos balanços patrimoniais. Veja o que diz a resolução 750/93: "Art. 8º -

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”.

2.3.6 Princípio da Competência

O princípio da competência esclarece-nos que as receitas, independente de seu recebimento e as despesas, independente de seu pagamento deverão ser computadas no exercício em que incorrem.

Veja o que diz a resolução 750/93: "Art. 9º - As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento..."

2.3.7 Princípio da Prudência

Este princípio reforça a necessidade da informação contábil refletir com prudência a situação econômico-financeira da entidade com valores sempre conservadores. Com isto, ao avaliar um ativo devemos utilizar o menor valor para o mesmo, ao contrário para as avaliações dos passivos, onde sempre adotaremos a maior valor. Adotando este procedimento, menores valores para os ativos e maiores valores para o passivo, teremos sempre uma evidenciação patrimonial mais prudente.

Veja o que diz a resolução 750/93:

Art. 10 - O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

3 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis é obrigatória em todas as empresas. Algumas não precisam elaborar todas as demonstrações, mas devem no mínimo apurar o resultado do exercício elaborando a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial (PINTO, 2005).

As principais normas brasileiras que disciplinam a publicação das Demonstrações Contábeis são:

- Lei nº6.406/76 - Lei das Sociedades Anônimas (LSA);
- Lei nº10.406/02 - novo Código Civil (NCC).

A Lei nº6.406/76 (Lei das Sociedades Anônimas - LS A), com a edição da Lei nº11.638/07 e da Medida Provisória nº449/08, posteriormente transformada na Lei nº11.941/09, sofreu profundas modificações nos artigos que dispõem quanto à forma de contabilização e evidenciação dos fatos contábeis das sociedades anônimas e das sociedades de grande porte, e na estrutura das demonstrações contábeis, fazendo-as convergir para os padrões internacionais de contabilidade (SILVA, 2010).

Dessa forma, foi estabelecida uma nova Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (framework), a qual está regulamentada pelos seguintes atos:

- Resolução CFC nº1.121/08 - aprova a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, a partir do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, o qual faz a correlação com o

"Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"

- Resolução CFC nº1.255/09 - aprova a NBC T 19.41 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, recepcionando o "Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" emitido pelo CPC;

- Deliberação CVM nº539/08 - aprova o mesmo Pronunciamento Conceitual Básico do CPC citado;

- Instrução CVM nº469/08 - dispõe sobre a aplicação da Lei nº11.638, de 28-12-2007 e altera as Instruções CVM nº247, de 27-3-1996, e 331, de 4-4-2000;

•Resolução CFC nº 1.159/09 - aprova o Comunicado Técnico CT 01 que aborda como os ajustes das novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 devem ser tratados.

Os Pronunciamentos Técnicos (CPC) e as Orientações Técnicas (OCPC) emitidas pelo CPC têm sido sistematicamente recepcionados pelo CFC, CVM, BACEN, SUSEP, ANEEL, ANTT e ANS.

3.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nos demonstrativos contábeis os números apresentados podem não serem apresentados muita clareza para alguns usuários, então surge à necessidade de análise destas demonstrações.

Para Savitzky (2007, p.25) “A análise consiste no exame isolado das contas, na comparação de grupos de contas entre si ou em relação ao todo. Essas comparações podem ser feitas por números absolutos, números-índices, percentagens e quocientes.”

Ludícibus (1981, p.18) caracteriza a Análise de balanço como “(...) arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.”

Com base nisto pode-se afirmar que a análise consiste no exame da contas contábeis visando extrair informações claras e objetivas de uma forma mais dinâmica e versátil.

Ludícibus (1981, p.58) comenta que,

Para uma análise de balanço ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações é preciso estar atendo as seguintes detalhes:

- a) Os registros contábeis da empresa devem ser mantidos como esmero;
- b) Ainda que o Departamento de Contabilidade da empresa realize um grande esforço para manter os registros de forma correta, é altamente desejável que os relatórios financeiros sejam auditados por auditores independentes ou, pelo menos, tenha havido uma minuciosa revisão por parte da auditoria interna;

c) É preciso tomar muito cuidado na utilização de valores extraídos de balanços iniciais e finais, principalmente na área de contas a receber e estoques, pois muitas vezes tais contas na datas de balanço não são representativas das médias reais de período;

d) Na medida do possível, os demonstrativos objetos de análise devem ser corrigidos tendo em vista as variações do poder aquisitivo da moeda (...);

e) A análise de balanço limitada a apenas um exercício é muito pouco reveladora, salvo em casos de quocientes de significação imediata. Adicionalmente, é necessário comparar nossos quocientes e tendências com:

1 - Quocientes dos concorrentes;

2 - Metas previamente estabelecidas pela administração (quocientes-padrão).

Mesmo verificando todas as medidas preventivas que são extremamente importantes citadas por Ludícibus para uma análise, para cabe ressaltar que para ter uma análise mais ampliada passa a existir a necessidade de abranger mais de um exercício fiscal. Tendo em vista que a análise isolada de um período não apresenta quocientes que possa ser ter uma visão de evolução.

Savitzky (2007, p.25) menciona que “Sempre que possível, a análise deve abranger balanços de mais de um período, de preferência de três anos, para verificar a tendência dos vários índices.”

Como as Demonstrações contábeis apresentam apenas dados numéricos muitas vezes de difícil compreensão estas demonstrações precisam ser “lapidadas” e gerar dados para facilitar a compreensão não somente para as empresas, mas também para investidores. Conforme Ludícibus (1981, p.15),

O relacionamento entre vários itens do balanço e das demais peças contábeis publicadas também é de grande interesse para os investidores, de maneira geral. Numa economia de mercado bastante desenvolvida, uma razoável parcela dos motivos que levam o investidor a adquirir ações da empresa A ou da empresa B reside nos resultados da análise realizada com relação aos balanços das empresas, demais peças contábeis e avaliação das perspectivas do empreendimento.

Ainda complementa que “A finalidade da análise é mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro.” (Ludícibus, 1981, p.76).

Desta forma, conforme os autores demonstraram a análise de balanço deve ser elaborada para que expresse os seus valores de uma forma mais concreta e simplificada, com fácil compreensão e criar base de conhecimento para estabelecer um planejamento futuro visando sempre em expandir negócios e atraindo investidores.

3.2 O BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o retrato da empresa num determinado momento, indicando de forma ordenada, seus bens, direitos e obrigações. A transcrição dos dados será feita com base nos controles auxiliares do Ativo e do Passivo, assim como será indicado o lucro auferido pela empresa, na Demonstração do Resultado. A única conta que não tem controle próprio é a conta de Capital Social porque está contida no controle de Caixa (SOUZA, 2008).

É a demonstração que encerra a sequência dos procedimentos contábeis, apresentando de forma ordenada os três elementos componentes do patrimônio: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (IUDÍCIBUS, 1998).

Uma vez bem estudada a natureza do Ativo (bens e direitos), do Patrimônio (diferença entre o Ativo e o Passivo) e as rotinas e procedimentos contábeis, muito fácil se torna entender o que é o Balanço (IUDÍCIBUS, 1998).

De acordo com a Lei nº 6.404 artigo 178º, No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: Ativo Circulante; Ativo Não Circulante; Ativo Realizável a Longo Prazo; Ativo Permanente (Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido).

No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: Passivo Circulante; Passivo Não Circulante; Resultados de Exercícios Futuros; Patrimônio Líquido (Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliações, Reservas

de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Prejuízos Acumulados).

3.2.1 Reestruturação de Balanço Patrimonial

Conforme descrito até o momento, sabemos que as análises de balanço patrimonial bem como a Demonstração do resultado do exercício são extremamente importantes e esta análise deve abranger se possível mais de um período, diante disto a reestruturação de balanço visa reclassificar as contas do balanço deixando elas de uma forma padronizada.

Segundo Silva (1999,p. 183)

(...) a reclassificação ou padronização das demonstrações financeiras tem como objetivo trazê-las a uma padrão de procedimentos e de ordenamento na distribuição das contas, visando diminuir as diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação de tais demonstrações financeiras. O outro objetivo é fazer com que as demonstrações atendam às necessidades de análise e sejam apresentadas de forma simples de visualizar e fácil de entender, isto é, de correlacionar os diversos itens, seguindo critérios próprios adotados internamente na empresa que esteja procedendo à análise.

Neste trabalho as informações disponíveis para análise já apresentam as reclassificações de contas devido a políticas de publicação vinculadas das empresas S.A's, mesmo assim, cabe ao analista verificar se os balanços patrimoniais apresentam uma padronização de conta entre os períodos analisados.

3.2.2 Atualizações do BP e DRE pelo IGPM

Mesmo após a reestruturação de contas deixando as mesmas em um padrão aceitável para análise os valores monetários em seu tempo devem ser atualizados, para isso o índice Geral de preço mercado (IGP-M) será utilizado para minimizar o efeito da inflação de cada período.

Segundo LOPES (1985), dentre todos os índices publicados na revista Conjuntura Econômica, publicados pela Fundação Getúlio Vargas, o Índice Geral de

Preços (IGP) Contab. Vista & Rev., v. 17, n. 2, p. 67-87, abr./ jun. 2006 77. A Importância da Atualização Monetária de Valores para a Análise das Demonstrações Financeiras conquistou a posição de principal indicador da inflação no país. Tal é a elevada importância desse índice que, quando se fala que a inflação teve um aumento de 10% no país comumente está se dizendo que o IGP teve um acréscimo de 10%.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício elabora simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; nele sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo (IUDÍCIBUS, 1998).

Esta demonstração é de grande importância para a análise da administração das empresas, pois o principal objetivo de uma entidade é a obtenção de lucros que permitam remunerar de forma condizente seus proprietários. A eficiência da gerencia de uma sociedade é, portanto, em grande parte evidenciada através desta Demonstração (MENDES, 2003).

Segundo Alcantara (2010), na determinação do resultado do exercício deverá ser observado o princípio contábil da competência para o registro das receitas e despesas.

- Princípio da Realização da Receita: as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

- Princípio do Confronto das Despesas: os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

O Artigo 187º da Lei 6.404/76 estabelece:

1- a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II- a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV- o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

V- o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI- as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

II - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

3.4 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS OU DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Enquanto da Demonstração do Resultado do Exercício visa à evidenciação da apuração do resultado (apuração do lucro ou prejuízo), a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados visa à distribuição do resultado (destinações do lucro ou prejuízo).

Com a instituição da figura do dividendo obrigatório e, também, da faculdade de destacar parcelas do lucro do período para formação da reserva de lucros a realizar e da reserva para contingências, essa demonstração assume maior importância, pois refletirá todos os acréscimos e decréscimos que influenciam a base dos dividendos devidos (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Conforme o artigo 186º da Lei nº 6.404/76:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Lembrando que o item I do artigo 186º foi modificado pela Lei nº 9.249/95, com a extinção da correção monetária das demonstrações contábeis, sendo o texto atual: "Art. 186, I - o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores"

3.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Segundo Rosa e Silva (2002) eles comentam que

[...] o fluxo de caixa é apresentado como instrumento essencial para a gestão do disponível. A empresa que mantém continuamente atualizado o seu fluxo de caixa poderá dimensionar, a qualquer momento, o volume de entradas e saídas de recursos financeiros, por meio de mudanças nos prazos de recebimentos e pagamentos, bem como fixar o nível desejado de disponibilidade para o próximo período.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) passou a ser obrigatória para as sociedades anônimas e empresas de grande porte a partir do exercício de 2008, apesar de que algumas empresas já faziam sua divulgação. Passou a substituir a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (artigos 176 § 6º e 188 da LSA).

O pronunciamento CPC 3 define os seguintes termos:

- Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.
- Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

- Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

- Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

- Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional.

Existem dois métodos de elaboração do fluxo de caixa, o método direto e o indireto. Vale lembrar que o DFC é o único demonstrativo contábil elaborado com base em regime de caixa, enquanto os demais são elaborados de acordo com o Princípio da Competência de Exercício.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valor Adicionado ou Valor Agregado representa a riqueza criada por um entidade num determinado período de tempo (normalmente, um ano). Podemos afirmar que a soma das importâncias agregadas representa, na verdade, a soma das riquezas criadas (NEVES; VICECONTI, 2005).

A DVA não tinha obrigatoriedade de elaboração no Brasil até o ano de 2007. Com o advento da Lei 11.638/07, que modificou a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), esta demonstração passou a ser exigida legalmente, mas mesmo assim apenas para as sociedades de capital aberto e para empresas abrangidas no conceito de empresa de grande porte introduzida por aquela lei, a partir do exercício de 2008 (SANTOS; SILVA, 2009).

O objetivo da DVA é demonstrar durante um período, que geralmente coincide com o exercício social, como a empresa distribuiu a riqueza — valor adicionado — que foi gerada entre os agentes que contribuíram para a criação da mesma. Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de

terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade (SANTOS; SILVA, 2009).

Sob o enfoque da disseminação de informações sociais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pode ser classificada como um modelo de relatório, de natureza econômica, que traduz a criação de riquezas, através do consumo de recursos e insumos intermediários e a forma de distribuição dessa riqueza, sendo entendido como um indicador de eficiência e eficácia da gestão empresarial (FAUR et al., 2004).

O aumento no nível de publicação da DVA tende a aproximar a contabilidade tradicional de um enfoque social, uma vez que aglutina informações contábeis a um modelo de mensuração do Produto Interno Bruto (PIB), através do somatório de todos os resultados agregados, obtidos a partir dos resultados das empresas (FAUR et al., 2004).

3.7 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são esclarecimentos que visam complementar as Demonstrações Financeiras e informar os critérios contábeis utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas Contas, os Métodos de Depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais etc. (RIBEIRO, 2003).

A sua apresentação está disciplinada nos seguintes dispositivos:

- a) Resolução CCFC nº 737/92 - Aprovou a NBC T-6;
- b) Lei das Sociedades por Ações (LSA), artigo 176º §§ 4º e 5º;
- c) Pronunciamento CPC 26 ;
- d) Instrução Normativa CVM nº 475/08;
- e) OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/07;
- f) Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 20 09.

O texto da LSA foi modificado pela Lei nº 11.941/09 (MP nº449/08) nas seguintes linhas (LSA, artigo 176, § 5º, incisos I a III):

I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II - divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada;

As demais disposições, que permaneceram inalteradas, estabelecem que as notas explicativas devem indicar (LSA, artigo 176, § 5º, inciso IV):

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das - obrigações a longo prazo;

f) o número, espécies e classes das ações do capital social;

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1o); e

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

3.8 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para uma maior segurança do usuário da contabilidade, as empresas auditadas apresentam parecer do auditor, onde ele expressa ter feito exame nas Demonstrações Financeiras, efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos (IUDÍCIBUS; MARION, 2000).

O auditor emite sua opinião informando se as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a Situação Patrimonial e a Posição Financeira da data do exame. Informa se as Demonstrações Financeiras foram levantadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e se há uniformidade em relação ao exercício anterior (IUDÍCIBUS; MARION, 2000).

De acordo com o Perez Júnior e Begalli (2010), o modelo de parecer é padronizado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e pelo Conselho Federal de Contabilidade. Devendo conter as seguintes informações:

- Destinatário do parecer: Conselho de Administração ou acionistas da empresa auditada ou de quem contratou o serviço.
- Identificação das demonstrações contábeis auditadas e responsabilidade assumida pelos auditores.
- Normas de auditoria aplicadas no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.
- Ressalvas relativas à eventual limitação na execução dos trabalhos.
- Ressalvas relativas a eventuais não conformidades das demonstrações contábeis em relação às práticas adotadas no Brasil.
- Opinião com ou sem ressalvas.
- Parágrafo de ênfase destacando fatos que possam ameaçar a continuidade das atividades da empresa.

3.9 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O seu objetivo é servir como complemento às demonstrações financeiras, de forma a subsidiar o leitor com informações sobre o contexto operacional da companhia, com fatos relevantes que aconteceram ao longo do exercício e com planos da mesma para os exercícios seguintes (SILVA, 2010).

A leitura desse relatório deve ser feita com elevado senso crítico, pois o seu conteúdo não passa pela análise dos auditores independentes, já que é a opinião da alta administração da companhia, podendo estar, portanto, eivada de informações tendenciosas. É salutar proceder à análise de relatórios de anos anteriores e verificar se nos anos subsequentes os fatos e previsões ali relatados se concretizaram, bem como checar informações em fontes independentes, como jornais e revistas especializadas sobre o segmento econômico da companhia sob análise (SILVA, 2010).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme seu Parecer de Orientação nº 15//87 de 28 de dezembro de 1987, estabelece as seguintes informações no item 2:

De acordo com a Lei 6.404/76, o relatório da administração deve ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras do encerramento do exercício social precisando conter informações sobre:

- a) aquisição de debêntures de sua própria emissão (art. 55, § 2º);
- b) política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (art. 118, § 5º);
- c) negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício (art. 133, inciso I);
- d) relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício (art. 243).

4 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL E CICLOMETRIA

4.1 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL

Uma das técnicas mais comuns apresentados nas análises das demonstrações contábeis é a Análise vertical, onde demonstra qual o conta contábil tem a maior representatividade em relação ao total das contas apresentando-as em percentuais para facilitar identificação de quais as contas com maior representatividade.

Ludícibus (1981, p.69) explica que “Este tipo de análise é importante para denotar estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.”, ou seja, avaliar a representação de cada conta em relação ao total e fazer comparações com o período anterior.

Segundo Padoveze (2000), a análise vertical como os demais instrumentos de análise, deve ter seus resultados analisados conjuntamente com a análise horizontal e os demais indicadores econômicos financeiros, para assim não tirar conclusões precipitadas da situação da empresa.

A análise horizontal tem por objetivo avaliar a evolução das contas do período atual comparando-as com os períodos anteriores ou com uma base fixa que compara um ano fixo no passado com os períodos seguinte. Conforme Ludícibus (1981, p.65) “A finalidade principal da análise horizontal é denotar o crescimento de itens dos balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.”

Estas análises, vertical e horizontal medem a composição da contas registradas nas demonstrações, como também a sua evolução nos períodos permitindo a visualização em percentagem o crescimento da empresa ao longo dos períodos e em qual conta financeira este crescimento esta acontecendo.

4.2 ÍNDICES BÁSICOS DE ANÁLISES

Quando é elaborada uma análise de um balanço patrimonial é possível extrair índices financeiros que auxiliam a compreensão facilitada dos dados contábeis, outros índices por sua vez tende a mensurar a desempenho da empresa, evidenciando quão bem está à mesma, aguçando possíveis investidores para auxiliar no seu plano de negocio.

Para Savytzky (2007, p.54) ao se analisar o balanço, primeiramente se determinam as seguintes posições:

- Situação Patrimonial (ou Situação Econômica);
- Situação Financeira;
- Grau de Imobilização;
- Grau de Endividamento;
- Rentabilidade.

Ludícibus (1981, p.76) comenta que:

A técnica de análise financeira por quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da Contabilidade, pois é muito mais indicado comparar, digamos, o ativo corrente com passivo corrente do que simplesmente analisar cada um dos elementos individualmente.

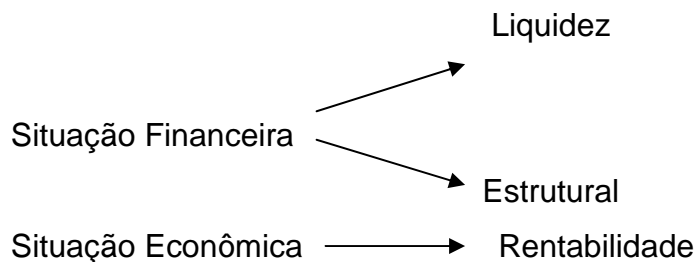
Estes índices básicos por sua vez deve apresentar o grau de aplicações de recursos e qual a origem de recurso que sustenta determinadas aplicações, da forma de liquidez, endividamento e imobilização. Em linhas gerais apresentar informações que mensure níveis financeiros e econômicos da empresa.

4.3 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

Para Padoveze (2000, p.146)

Os indicadores econômico-financeiros são elementos que tradicionalmente apresentam o conceito de análise de balanço. São cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, procurando números que ajudem no processo de classificação e entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

Esta técnica de análise consiste em apresentar por meio de cálculos matemáticos a comparação de grupos de contas das demonstrações contábeis em comum que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira da empresa. Padoveze (2000, p.146), estrutura os aspectos encontrados pelos índices da seguinte maneira:



Os aspectos de liquidez comparam os ativos circulantes com as suas dívidas medindo quão sólida é a situação financeira, ou seja, compara a capacidade de liquidação das suas obrigações com terceiros. Os aspectos estruturais demonstram a composição dos capitais de terceiros e os próprios em relação a suas aplicações, ou seja, qual o nível de origem de recurso está suportando os ativos. No ponto de vista da situação Econômica o aspecto da rentabilidade tende a demonstrar o rendimento dos capitais investidos e o tempo médio de retorno para o mesmo.

4.4 CICLOMETRIA

Constitui-se em cálculos para dimensionar estoque, contas a pagar e recebimento de vendas, a análise e controle dos cálculos de ciclometria tem por finalidade mensurar o tempo médio do capital aplicado ou de origem se substitui ou se renova. De fundamental importância no controle gerencial e gestão de negócios, refletem a cultura organizacional da empresa, dentro do seu ramo de negócios. Seus valores dependem dos processos de produção, capacidade de vendas e recebimentos de clientes.

4.4.1 Ciclo Operacional

O Ciclo operacional representa tempo que a empresa retém recursos para produção de um produto, este tempo corresponde desde a compra da matéria prima até o respectivo recebimento da venda dos produtos.

Conforme Braga (1991, p.3):

O Ciclo operacional (CO) corresponde ao intervalo de tempo compreendido desde a recepção dos materiais de produção (ou das mercadorias para revenda) até a cobrança das vendas correspondentes. Durante esse período são investidos recursos nas operações da empresa sem que ocorram as entradas de caixa de relativas as vendas. Parte deste capital de giro é suprida pelos fornecedores que concederam prazo para pagamento das compras de materiais ou de mercadorias. Utilizando os prazos médios para representar os ciclos operacionais das empresas industriais e das empresas comerciais.

$$Coi = PMEmp + PMF + PMV + PMC$$

$$Coc = PMEmr + PMC$$

Com o resultado desta equação podemos verificar se o tempo da produção do produto até o recebimento da venda efetivo está adequado para empresa ou necessita de melhorias, sendo estas melhorias referentes à compra da matéria-prima, o tempo que a peça fica em transformação (processo produtivo) ou até mesmo o prazo de vendas ofertado pelo departamento comercial.

4.4.2 Ciclo Econômico

Conforme Braga (1991, p.4),

O ciclo econômico está contido no ciclo operacional: inicia com a recepção dos materiais de produção (ou das mercadorias para revenda) e termina com a saída dos produtos (ou das mercadorias) vendidas. O ciclo econômico desconsidera os aspectos financeiros concernentes aos pagamentos das compras e a cobrança das vendas.

Representando os ciclos econômicos das empresas industriais (CEi) e das empresas comerciais (CEc) através dos prazos médios, tem-se:

$$Cei = P\text{MEmp} + PMV$$

$$Cec = P\text{MEmr}$$

Da mesma forma que o ciclo operacional o ciclo econômico inicia no recebimento dos materiais e finaliza a linha de tempo com o recebimento da vendas, porém este ciclo contempla os recursos financeiros, ou seja, considera apenas os aspectos de estoque, compra da matéria-prima, processo industrial e saída do estoque de produto acabado.

4.4.3 Ciclo Financeiro

O ciclo Financeiro está representado pelo desembolso para pagamento de compra e o recebimento da vendas.

Braga (1991, p.4) comenta que,

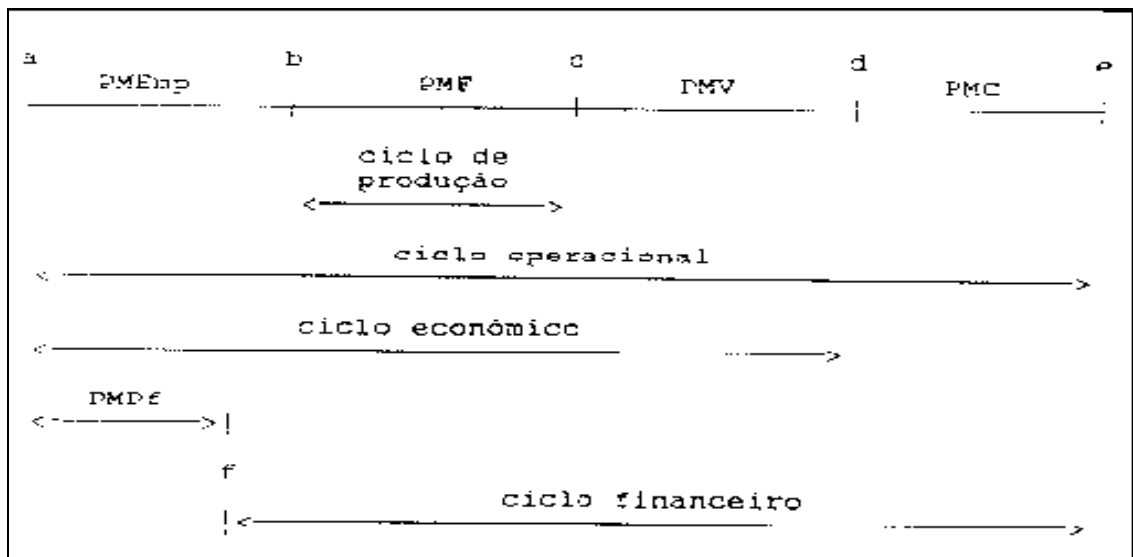
O ciclo financeiro compreende o prazo entre as saídas de caixa relativas aos pagamentos dos fornecedores e as entradas de caixa provenientes dos recebimentos das vendas. Durante este período, a empresa tem de financiar suas operações sem a participação dos fornecedores. Quanto maior for o ciclo financeiro, mais de recursos próprios e de terceiros (exceto de fornecedores) estarão temporariamente aplicados nas operações, provocando custos financeiros e afetando a rentabilidade.

Novamente pode-se recorrer aos prazos médios para representar os ciclos financeiros das empresas industriais (CFi) e das empresas comerciais (CFc).

$$CFi = P\text{MEmp} + PMF + PMV + PMC - PMPf$$

$$CFc = P\text{MEmr} + PMC - PMPf$$

A figura a seguir representa os ciclos de uma forma mais ampla e clara pra visualização:



- (a) = recepção dos materiais de produção;
- (b) = início da produção;
- (c) = término da produção;
- (d) = venda dos produtos;
- (e) = cobrança das duplicatas;
- (f) = pagamento dos fornecedores

Figura 1 – Prazos médios e ciclometrias

Fonte: Braga (1991, p.4).

As formulas básicas que serão utilizadas nesta pesquisa para mensurar os recursos exigidos pelos ciclos serão os seguinte:

1. CÁLCULO DO CUSTO DO PRODUTO VENDIDO

$$CPV = EIpa + CPA - EFpa$$

2. CÁLCULO DO CUSTO DA PRODUÇÃO ACABADA

$$CPA = EIpe + CPP - EFpe$$

3. MATERIAIS APLICADOS NA PRODUÇÃO

$$MAP = EIm p + COMPRAS LÍQUIDAS - EFmp$$

$$\text{ou } MAP = 40\% \times CPP \left(\text{por estimativa porcentagem arbitrada} \right)$$

4. CÁLCULO DAS COMPRAS BRUTAS

$$COMPRAS BRUTAS = \frac{\text{Compras Líquidas} \times \left(1 + \%IPI \right)}{1 - \%ICMS}$$

5. CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO ESTOQUE DE MATÉRIA-PRIMA

$$PME_{mp} = \frac{\left(\frac{EI_{mp} + EF_{mp}}{2} \right) \times T}{MAP} \times \frac{MAP}{RB - DevA} =$$

6. CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO ESTOQUE DE PRODUTOS EM ELABORAÇÃO

$$PME_{pe} = \frac{\left(\frac{EI_{pe} + EF_{pe}}{2} \right) \times T}{CPA} \times \frac{CPA}{RB - DevA} =$$

7. CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO ESTOQUE DE PRODUTOS ACABADOS

$$PME_{pa} = \frac{\left(\frac{EI_{pa} + EF_{pa}}{2} \right) \times T}{CPV} \times \frac{CPV}{RB - DevA} =$$

8. CÁLCULO PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE DUPLICATAS (CLIENTES)

$$PME_{dr} = \frac{\left(\frac{SI_{dr} + SF_{dr}}{2} \right) \times T}{VP} \times \frac{VP}{RB - DevA} =$$

9. CÁLCULO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

$$PM_{dpg} = \frac{\left(\frac{SI_{dpg} + SF_{dpg}}{2} \right) \times T}{\text{Compras Brutas}} \times \frac{\text{Compras Brutas}}{RB - DevA} =$$

5 ANÁLISE AVANÇADA DO CAPITAL DE GIRO

5.1 Dinâmica Financeira (Modelo Fleuriet) do Capital de Giro

Segundo Fleuriet (2003) acrescentou ao conceito clássico de Capital de Giro Líquido (CGL) os conceitos de Necessidade de Capital de Giro (NCG) e Saldo de Tesouraria (T). Para isso, reclassificou as contas do ativo e passivo conforme a realidade dinâmica das empresas, em que as contas são classificadas de acordo com o seu ciclo.

Sendo assim, Fleuriet (2003, p.27) resulta em um sistema de classificação das contas diferente do tradicional, adaptando para fins da Análise da Dinâmica Financeira ficando conforme a seguir:

ATIVO		PASSIVO	
Tradicional	Fleuriet	Tradicional	Fleuriet
AC	ACF	PC	PCF
	ACC		PCO
ANC	ANC	PNC	PNC

Fonte: O autor

AC – Ativo Circulante

ANC – Ativo Não Circulante

ACF – Ativo Circulante Financeiro

ACC – Ativo Circulante Cíclico

ANC – Ativo Não Circulante

PC – Passivo Circulante

PCO – Passivo Circulante Oneroso

PCF – Passivo Circulante Cíclico

PNC – Passivo Não Circulante

5.2 Capital de Giro (CCL)

Para Fleuriet et al. (2003, p. 12), “o capital de giro é um conceito econômico financeiro e não uma definição legal, constituindo uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a necessidade de capital de giro da empresa”.

O capital de giro, resulta da diferença entre o passivo não circulante(PNC) e o ativo não circulante(ANC), portando, obtém-se para o CCL a seguinte equação: $CCL = PNC - ANC$. O CCL tem o mesmo valor capital circulante líquido, o qual é resultado da diferença entre o ativo e passivo circulantes, diferindo assim apenas na forma de cálculo. (FLEUREIT, 2003, p.12).

Mesmo com duas formas de cálculo o resultado de ambas deve ser idêntico.

Conforme Braga (1991, p.10),

As contas cíclicas do ativo e passivo que determinam o NGG (ou IOG) estão ligadas as operações da empresa. De modo geral essas contas representam a contrapartida das contas que formam o lucro operacional (resultado apurado antes de computar as despesas e receitas financeiras).

Devido a sua importância para identificar o caixa disponível ou Saldo de Tesouraria (ST) da empresa cabe ressaltar que o capital de giro precisa de acompanhamento permanente, pois está continuamente sofrendo o impacto das diversas mudanças enfrentadas pela empresa.

5.3 Necessidade de capital de Giro (NCG ou IOG ou KT)

Fleuriet (2003) explana que a Necessidade de Capital de Giro ocorre quando as saídas de caixas ocorrem antes das entradas. Por tratar-se de um conceito econômico-financeiro decorrentes das operações da empresa, como: compra de mercadorias ou matérias-primas, pagamento de fornecedores, fabricação, venda e recebimento de duplicatas, a NCG utiliza-se das contas do Ativo Circulante Cíclico e Passivo Circulante Cíclico, sendo determinada pela fórmula: $NCG = \text{Ativo Circulante Cíclico (ACC)} - \text{Passivo Circulante Cíclico (PCC)}$.

Como resultantes deste calculo podemos obter saldos de NCG positivos quando ACC tem saldo superior ao os recursos PCC, gerando necessidade de recursos próprios ou de terceiros, quando a o saldo no NCG é negativo, representa que seus ativos cíclicos estão menores que as suas obrigações cíclicas.

5.4 Saldo da Tesouraria (T)

Este saldo de tesouraria é extraído de acordo com a fórmula ($T = ACF - PCO$), obtendo este saldo, com este quociente é possível avaliar se a empresa corre o risco de entrar insolvência.

Conforme Fleuriot (2003, p.14),

É importante observar que um saldo de Tesouraria positivo e elevado não significa necessariamente um a condição desejável para as empresas; pelo contrario, pode significar que a empresa não esteja aproveitando as oportunidades de investimentos propiciadas por sua estrutura financeiras, caso em que o Saldo de Tesouraria “engorda” por falta de uma estratégia dinâmica de investimentos.

Em outras palavras se a empresa apresenta um saldo de tesouraria positivo e este saldo se mantém estacionado por vários meses ou com pequenas oscilações, não é bom para empresa, pois isso representa dinheiro em caixa parado que poderia estar sendo investido gerando mais lucro para a companhia.

5.5 Tipos de Balanço

Tendo efetuado as reclassificações das contas e calculado os valores de CDG, NCG e o ST são possíveis classificar os tipos de balanços conforme suas variáveis.

TIPO/ITEM	CDG	NCG	ST	SITUAÇÃO
I	+	-	+	EXCELENTE
II	+	+	+	SÓLIDA
III	+	+	-	INSATISFATÓRIA
IV	+	+	-	PÉSSIMA
V	-	-	-	MUITO RUIM
VI	-	-	+	ALTO RISCO

Fonte: Marques e Braga (1995)

(+) Indica Valor Positivo e (-) Indica Valor Negativo

Braga (1991, p.1), declara que:

Essa metodologia permite avaliar rapidamente a situação financeira das empresas através da classificação dos balanços em um dos seis tipos possíveis de configuração de determinados elementos patrimoniais. Trata-se um passo adiante em relação ao esquema tradicional de análise de balanços feito através de índices econômico-financeiros.

Com base na análise das variáveis aplicada na empresa nos anos pré-determinados cada período constituirá uma composição patrimonial conforme o Modelo Fleuret, pode-se verificar a situação financeira da empresa em cada ano bem como sua evolução ou declínio.

6 ESTUDO DE CASO

6.1 METODOLOGIA

A metodologia representa os métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro, que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações, criticar o problema e interpretá-lo a partir das relações de causa e efeito (OLIVEIRA, 2001).

6.1.1 Classificação Metodológica

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois terá como base informações já existentes disponíveis.

Segundo Gil (1991) Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Por estar atrelada a documentos financeiros da empresa do ponto de vista dos procedimentos técnicos é classificada com uma pesquisa documental. Conforme

Gil (1991) Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Maanen (1979); apud Neves (1996) relata que a pesquisa qualitativa objetiva explicar fenômenos em um contexto. Assim, o autor descreve esse tipo de abordagem de pesquisa como uma forma de aproximar a teoria com a prática.

6.1.2 Procedimentos Metodológicos

Serão extraídas as demonstrações financeiras de uma empresa de fundição que estão disponíveis no site da CVM (www.cvm.gov.br), dos anos de 2008 a 2010, estes dados serão tratados no software Excel onde serão executados cálculos apresentados pelos autores, visando identificar a posição econômico-financeira da empresa de Fundição.

A Empresa escolhida para fazer este estudo foi fundada em 1938, na região sul do Brasil, possui capacidade para produzir 500 mil toneladas anuais de peças em ferro fundido, em dois parques fabris. Grande parte da produção é constituída de componentes desenvolvidos para o setor automotivo, que engloba caminhão, ônibus, utilitário, automóveis, tratores e outras máquinas agrícolas.

6.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No concernente ao balanço patrimonial, segue a Demonstração Contábil conforme a Lei 6.406/76 e suas alterações, já ajustadas pelo índice geral de preço (IGP-M).

ATIVO					
IGP-M		1,1132	1,0942	1,2014	1,2945
Descrição	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado
Ativo Total	2.395.845	2.418.897	2.223.973	2.059.351	772.481
Ativo Circulante	998.183	901.829	806.554	694.561	69

Caixa e Equivalentes de Caixa	1.269	2.042	2.445	164.930	44
Aplicações Financeiras	556.899	452.796	168.661	222.090	-
<i>Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo</i>	556.899	452.796	168.661	222.090	-
Títulos para Negociação	-	-	-	224.784	-
Títulos Disponíveis para Venda	556.899	452.796	168.661	(2.695)	-
Contas a Receber	200.615	201.661	289.593	-	-
<i>Clientes</i>	200.615	201.661	289.593	-	-
Estoques	172.663	157.202	224.304	177.234	-
<i>Produtos Acabados</i>	59.794	34.724	71.943	67.591	-
<i>Produtos em Elaboração</i>	26.239	31.423	34.024	28.152	-
<i>Matérias-Primas</i>	27.233	30.037	34.942	28.628	-
<i>Materias de Processo</i>	26.509	29.660	52.185	23.405	-
<i>Materiais de manutenção e outros</i>	36.755	37.592	39.999	37.861	-
<i>Provisão para perdas</i>	(3.867)	(6.233)	(8.789)	(8.404)	-
Despesas Antecipadas	1.243	2.504	2.394	-	-
Outros Ativos Circulantes	65.494	85.624	119.156	130.308	25
<i>Outros</i>	65.494	85.624	119.156	130.308	25
Ferramentais de Terceiros	30.259	40.882	47.408	35.485	-
Impostos e Contribuições a Recuperar	18.433	31.847	52.418	64.441	-
Títulos a Receber e Outros	16.802	12.896	19.331	30.382	25
Ativo Não Circulante	1.397.662	1.517.069	1.417.419	1.364.791	772.413
Realizável a Longo Prazo	365.524	446.481	383.812	376.749	203.886
<i>Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo</i>	19.963	15.231	-	-	-
<i>Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado</i>	-	-	-	-	182.168
Tributos Diferidos	62.101	68.964	202.068	154.917	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.101	68.964	202.068	154.917	-
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	10.283	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	283.460	362.286	171.461	221.833	21.718
Impostos e Contribuições a Recuperar	190.215	263.936	110.916	140.539	21.502
Créditos Eletrobrás	90.284	95.003	57.318	77.848	-
Depósitos Judiciais e Outros	2.961	3.347	3.228	3.446	216
Investimentos	76.268	77.220	92.196	32.164	568.434
Participações Societárias	76.268	77.220	92.196	-	-
Participações em Controladas	75.686	76.572	91.559	30.312	568.132
Outras Participações Societárias	582	648	637	1.851	302
Imobilizado	955.870	993.367	941.411	955.877	93
Imobilizado em Operação	747.203	836.612	825.471	907.566	93
Imobilizado Arrendado	2.037	4.126	6.022	-	-
Imobilizado em Andamento	206.630	152.630	109.918	48.311	-

Tabela 1 – Ativo da empresa

Importante também destacar os números relacionados ao estoque da empresa apresentados na CVM apresenta a abertura dos subgrupos do estoque, esta informação foi extraída do relatórios das administração também anexos no site conforme se ve a seguir:

	companhia					consolidado				
	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado
Produtos Acabados	59.794	34.724	71.943	67.591	-	88.327	69.712	122.885	67.683	142.336
Produtos em Elaboração	26.239	31.423	34.024	28.152	-	26.239	31.423	34.024	28.152	25.156
Matérias-Primas	27.233	30.037	34.942	28.628	-	27.233	30.037	34.942	28.628	79.521
Materias de Processo	26.509	29.660	52.185	23.405	-	26.509	29.660	52.185	23.405	-
Materiais de manutenção e outros	36.755	37.592	39.999	37.861	-	36.755	37.592	39.999	37.861	-
Provisão para perdas	(3.867)	(6.233)	(8.789)	(8.404)	-	(3.867)	(6.233)	(8.789)	(8.404)	(9.055)
Total	172.663	157.202	224.304	177.234	-	201.196	192.191	275.245	177.326	237.957

Tabela 2 - Estoques

PASSIVO					
Descrição	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado
Passivo Total	2.395.845	2.418.897	2.223.973	2.059.351	772.481
Passivo Circulante	412.519	524.284	428.101	350.375	42.412
Obrigações Sociais e Trabalhistas	89.901	45.216	61.957	70.512	1.442
Obrigações Sociais	10.830	8.578	9.786	-	-
Obrigações Trabalhistas	79.071	36.637	52.171	70.512	1.442
Fornecedores	119.276	106.857	63.029	110.531	-
Fornecedores Nacionais	109.344	100.508	54.860	96.205	-
Fornecedores Estrangeiros	9.932	6.349	8.169	14.326	-
Obrigações Fiscais	2.454	3.976	40.307	55.253	12.733
Obrigações Fiscais Federais	2.300	3.900	40.244	55.253	12.733
Obrigações Fiscais Estaduais	53	-	-	-	-
Obrigações Fiscais Municipais	101	77	62	-	-
Empréstimos e Financiamentos	75.718	128.148	127.596	16.681	28.219
Empréstimos e Financiamentos	75.540	126.989	124.380	11.358	-
Em Moeda Nacional	11.189	33.424	35.117	290	-
Em Moeda Estrangeira	64.351	93.565	89.263	11.069	-
Debêntures	-	-	489	1.811	28.219
Financiamento por Arrendamento Financeiro	178	1.159	2.728	3.512	-
Outras Obrigações	125.170	240.087	135.212	93.539	18
Outros	125.170	240.087	135.212	93.539	18
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	42.933	47.473	48.399	18.836	16
Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	-	-	-	4.745	-

Financiamento de Impostos e Encargos Sociais	11.193	108.936	11.891	12.127	-
Adiantamento de Clientes	38.946	47.556	49.249	44.684	-
Títulos a Pagar e Outros	32.098	36.122	25.672	13.146	3
Provisões	-	-	-	3.860	-
Passivo Não Circulante	1.012.567	913.188	956.086	947.326	403.572
Empréstimos e Financiamentos	762.599	609.205	379.425	483.047	375.059
Empréstimos e Financiamentos	762.599	609.007	376.963	458.980	-
Em Moeda Nacional	693.855	461.667	100.479	423.093	-
Em Moeda Estrangeira	68.744	147.340	276.484	35.887	-
Debêntures	-	-	1.128	24.067	375.059
Financiamento por Arrendamento Financeiro	-	198	1.334	-	-
Outras Obrigações	22.573	36.231	182.850	71.854	-
Passivos com Partes Relacionadas	5.728	6.217	141.349	13.795	-
Outros	16.845	30.014	41.501	58.059	-
Financiamentos de Impostos e Encargos Sociais	14.372	25.635	34.616	47.663	-
Outros Passivos de Longo Prazo	2.473	4.378	6.886	10.396	-
Tributos Diferidos	76.492	94.143	99.879	105.887	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.492	94.143	99.879	105.887	-
Provisões	150.903	173.609	293.932	286.538	28.513
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.903	125.637	248.567	253.022	-
Provisões Fiscais	9.672	12.103	132.883	253.022	-
Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.551	4.631	6.793	-	-
Provisões Cíveis	134.680	108.903	108.891	-	-
Outras Provisões	-	47.972	45.365	33.516	-
Patrimônio Líquido	970.759	981.425	839.786	761.651	326.497
Capital Social Realizado	398.395	443.501	435.907	455.702	121.323
Reservas de Lucros	423.874	355.177	207.872	60.383	-
Reserva Legal	27.284	21.777	12.829	3.960	-
Reserva Estatutária	374.584	308.522	195.043	56.423	-
Dividendo Adicional Proposto	22.006	24.878	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	484	(78.334)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.490	182.746	196.008	245.081	-

Tabela 3 – Passivo da Empresa

No concernente à Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), pode-se verificar na tabela abaixo que o lucro da empresa nos últimos anos foi praticamente mesmo, tendo pouquíssima variação nos resultados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
IGP-M		1,1132	1,0942	1,2014	1,2945
Descrição	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado
Faturamento	2.132.607	1.559.264	2.160.179	2.427.292	-
Impostos, Devolução e abatimentos	(295.772)	(250.577)	(271.623)	(255.033)	-
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	1.836.835	1.308.687	1.888.556	1.917.225	-
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.476.157)	(1.134.840)	(1.471.333)	(1.543.011)	-
Resultado Bruto	360.678	173.847	417.223	374.214	-
Despesas/Receitas Operacionais	(175.060)	20.461	(165.397)	(263.576)	44.826
Despesas com Vendas	(78.116)	(57.699)	(92.631)	(127.047)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(48.682)	(40.621)	(43.040)	(45.361)	(7.139)
Outras Receitas Operacionais	-	98.178	-	(66.426)	(27.436)
Outras Despesas Operacionais	(98.257)	-	(41.879)	(25.629)	(8.451)
Resultado de Equivalência Patrimonial	49.995	20.603	12.153	887	87.852
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	185.618	194.308	251.826	-	-
Resultado Financeiro	1.949	40.250	(84.285)	-	-
Receitas Financeiras	66.244	70.811	176.967	-	-
Despesas Financeiras	(64.295)	(30.561)	(261.252)	-	-
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	187.567	234.558	167.541	110.639	44.826
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(33.136)	(60.076)	16.907	23.708	-
Corrente	(41.363)	(24.013)	(42.984)	(11.081)	-
Diferido	8.227	(36.063)	59.891	34.789	-
Resultado Líquido das Operações Continuadas	154.431	174.482	184.448	134.347	44.826
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Período	154.431	174.482	184.448	134.347	44.826

Tabela 4 – DRE da empresa

Diante das demonstrações da empresa ajustas pelo IGP-M onde são minimizados os efeitos da inflação podemos aplicar as análises verticais e horizontais, na análise horizontal tomamos como base o ano calendário de 2007 onde constam mais contas patrimoniais com valores para se ter uma comparação mais adequada.

ATIVO															
Descrição	2010	AV%	AH%	2009 Ajustado	AV%	AH%	2008 Ajustado	AV%	AH%	2007 Ajustado	AV%	AH%	2006 Ajustado	AV%	AH%
Ativo Total	2.395.845	100,00	116,34	2.418.897	100,00	117,46	2.223.973	100,00	107,99	2.059.351	100,00	100,00	772.481	100,00	-
Ativo Circulante	998.183	41,66	143,71	901.829	37,28	129,84	806.554	36,27	116,12	694.561	33,73	100,00	69	0,01	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.269	0,05	0,77	2.042	0,08	1,24	2.445	0,11	1,48	164.930	8,01	100,00	44	0,01	-
Aplicações Financeiras	556.899	23,24	250,75	452.796	18,72	203,88	168.661	7,58	75,94	222.090	10,78	100,00	-	-	-
Aplicações Financeiras Avaliadas a V	556.899	23,24	250,75	452.796	18,72	203,88	168.661	7,58	75,94	222.090	10,78	100,00	-	-	-
Títulos para Negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	224.784	10,92	100,00	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	556.899	23,24	(20.665,36)	452.796	18,72	(16.802,30)	168.661	7,58	(6.258,67)	(2.695)	(0,13)	100,00	-	-	-
Contas a Receber	200.615	8,37	100,00	201.661	8,34	100,00	289.593	13,02	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Clientes	200.615	8,37	100,00	201.661	8,34	100,00	289.593	13,02	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Estoques	172.663	7,21	97,42	157.202	6,50	88,70	224.304	10,09	126,56	177.234	8,61	100,00	-	-	-
Produtos Acabados	59.794	2,50	88,46	34.724	1,44	51,37	71.943	3,23	106,44	67.591	3,28	100,00	-	-	-
Produtos em Elaboração	26.239	1,10	93,20	31.423	1,30	111,62	34.024	1,53	120,86	28.152	1,37	100,00	-	-	-
Matérias-Primas	27.233	1,14	95,13	30.037	1,24	104,92	34.942	1,57	122,05	28.628	1,39	100,00	-	-	-
Materias de Processo	26.509	1,11	113,26	29.660	1,23	126,72	52.185	2,35	222,96	23.405	1,14	100,00	-	-	-
Materiais de manutenção e outros	36.755	1,53	97,08	37.592	1,55	99,29	39.999	1,80	105,65	37.861	1,84	100,00	-	-	-
Provisão para perdas	(3.867)	(0,16)	46,01	(6.233)	(0,26)	74,17	(8.789)	(0,40)	104,58	(8.404)	(0,41)	100,00	-	-	-
Despesas Antecipadas	1.243	0,05	100,00	2.504	0,10	100,00	2.394	0,11	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	65.494	2,73	50,26	85.624	3,54	65,71	119.156	5,36	91,44	130.308	6,33	100,00	25	0,00	-
Outros	65.494	2,73	50,26	85.624	3,54	65,71	119.156	5,36	91,44	130.308	6,33	100,00	25	0,00	-
Ferramentais de Terceiros	30.259	1,26	85,27	40.882	1,69	115,21	47.408	2,13	133,60	35.485	1,72	100,00	-	-	-
Impostos e Contribuições a Recupe	18.433	0,77	28,60	31.847	1,32	49,42	52.418	2,36	81,34	64.441	3,13	100,00	-	-	-
Títulos a Receber e Outros	16.802	0,70	55,30	12.896	0,53	42,44	19.331	0,87	63,62	30.382	1,48	100,00	25	0,00	-
Ativo Não Circulante	1.397.662	58,34	102,41	1.517.069	62,72	111,16	1.417.419	63,73	103,86	1.364.791	66,27	100,00	772.413	99,99	-
Realizável a Longo Prazo	365.524	15,26	97,02	446.481	18,46	118,51	383.812	17,26	101,87	376.749	18,29	100,00	203.886	26,39	-
Aplicações Financeiras Avaliadas a V	19.963	0,83	100,00	15.231	0,63	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Aplicações Financeiras Avaliadas ao	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	182.168	23,58	-
Tributos Diferidos	62.101	2,59	40,09	68.964	2,85	44,52	202.068	9,09	130,44	154.917	7,52	100,00	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição So	62.101	2,59	40,09	68.964	2,85	44,52	202.068	9,09	130,44	154.917	7,52	100,00	-	-	-
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	100,00	-	-	100,00	10.283	0,46	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	283.460	11,83	127,78	362.286	14,98	163,32	171.461	7,71	77,29	221.833	10,77	100,00	21.718	2,81	-
Impostos e Contribuições a Recupe	190.215	7,94	135,35	263.936	10,91	187,80	110.916	4,99	78,92	140.539	6,82	100,00	21.502	2,78	-
Créditos Eletrobrás	90.284	3,77	115,98	95.003	3,93	122,04	57.318	2,58	73,63	77.848	3,78	100,00	-	-	-
Depósitos Judiciais e Outros	2.961	0,12	85,93	3.347	0,14	97,15	3.228	0,15	93,67	3.446	0,17	100,00	216	0,03	-
Investimentos	76.268	3,18	237,12	77.220	3,19	240,08	92.196	4,15	286,64	32.164	1,56	100,00	568.434	73,59	-
Participações Societárias	76.268	3,18	100,00	77.220	3,19	100,00	92.196	4,15	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Participações em Controladas	75.686	3,16	249,69	76.572	3,17	252,61	91.559	4,12	302,05	30.312	1,47	100,00	568.132	73,55	-
Outras Participações Societárias	582	0,02	31,44	648	0,03	34,99	637	0,03	34,40	1.851	0,09	100,00	302	0,04	-
Imobilizado	955.870	39,90	100,00	993.367	41,07	103,92	941.411	42,33	98,49	955.877	46,42	100,00	93	0,01	-
Imobilizado em Operação	747.203	31,19	82,33	836.612	34,59	92,18	825.471	37,12	90,95	907.566	44,07	100,00	93	0,01	-
Imobilizado Arrendado	2.037	0,09	100,00	4.126	0,17	100,00	6.022	0,27	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Imobilizado em Andamento	206.630	8,62	427,71	152.630	6,31	315,93	109.918	4,94	227,52	48.311	2,35	100,00	-	-	-

Tabela 5 – Análise Vertical e Horizontal Ativo

PASSIVO															
Descrição	2010	AV%	AH%	2009 Ajustado	AV%	AH%	2008 Ajustado	AV%	AH%	2007 Ajustado	AV%	AH%	2006 Ajustado	AV%	AH%
Passivo Total	2.395.845	100,00	116,34	2.418.897	100,00	117,46	2.223.973	100,00	107,99	2.059.351	100,00	100,00	772.481	100,00	-
Passivo Circulante	412.519	17,22	117,74	524.284	21,67	149,64	428.101	19,25	122,18	350.375	17,01	100,00	42.412	5,49	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	89.901	3,75	127,50	45.216	1,87	64,13	61.957	2,79	87,87	70.512	3,42	100,00	1.442	0,19	-
Obrigações Sociais	10.830	0,45	100,00	8.578	0,35	100,00	9.786	0,44	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Obrigações Trabalhistas	79.071	3,30	112,14	36.637	1,51	51,96	52.171	2,35	73,99	70.512	3,42	100,00	1.442	0,19	-
Fornecedores	119.276	4,98	107,91	106.857	4,42	96,68	63.029	2,83	57,02	110.531	5,37	100,00	-	-	-
Fornecedores Nacionais	109.344	4,56	113,66	100.508	4,16	104,47	54.860	2,47	57,02	96.205	4,67	100,00	-	-	-
Fornecedores Estrangeiros	9.932	0,41	69,33	6.349	0,26	44,32	8.169	0,37	57,02	14.326	0,70	100,00	-	-	-
Obrigações Fiscais	2.454	0,10	4,44	3.976	0,16	7,20	40.307	1,81	72,95	55.253	2,68	100,00	12.733	1,65	-
Obrigações Fiscais Federais	2.300	0,10	4,16	3.900	0,16	7,06	40.244	1,81	72,84	55.253	2,68	100,00	12.733	1,65	-
Obrigações Fiscais Estaduais	53	0,00	100,00	-	-	-	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Obrigações Fiscais Municipais	101	0,00	100,00	77	0,00	100,00	62	0,00	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	75.718	3,16	453,92	128.148	5,30	768,24	127.596	5,74	764,93	16.681	0,81	100,00	28.219	3,65	-
Empréstimos e Financiamentos	75.540	3,15	665,05	126.989	5,25	1.118,02	124.380	5,59	1.095,04	11.358	0,55	100,00	-	-	-
Em Moeda Nacional	11.189	0,47	3.864,29	33.424	1,38	11.543,64	35.117	1,58	12.128,20	290	0,01	100,00	-	-	-
Em Moeda Estrangeira	64.351	2,69	581,37	93.565	3,87	845,30	89.263	4,01	806,43	11.069	0,54	100,00	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	489	0,02	27,01	1.811	0,09	100,00	28.219	3,65	-
Financiamento por Arrendamento F	178	0,01	5,07	1.159	0,05	33,00	2.728	0,12	77,67	3.512	0,17	100,00	-	-	-
Outras Obrigações	125.170	5,22	133,82	240.087	9,93	256,67	135.212	6,08	144,55	93.539	4,54	100,00	18	0,00	-
Outros	125.170	5,22	133,82	240.087	9,93	256,67	135.212	6,08	144,55	93.539	4,54	100,00	18	0,00	-
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pa	42.933	1,79	227,93	47.473	1,96	252,03	48.399	2,18	256,95	18.836	0,91	100,00	16	0,00	-
Obrigações por Pagamentos Basead	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.745	0,23	100,00	-	-	-
Financiamento de Impostos e Encar	11.193	0,47	92,30	108.936	4,50	898,27	11.891	0,53	98,05	12.127	0,59	100,00	-	-	-
Adiantamento de Clientes	38.946	1,63	87,16	47.556	1,97	106,43	49.249	2,21	110,22	44.684	2,17	100,00	-	-	-
Títulos a Pagar e Outros	32.098	1,34	244,16	36.122	1,49	274,77	25.672	1,15	195,28	13.146	0,64	100,00	3	0,00	-
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.860	0,19	100,00	-	-	-
Passivo Não Circulante	1.012.567	42,26	106,89	913.188	37,75	96,40	956.086	42,99	100,92	947.326	46,00	100,00	403.572	52,24	-
Empréstimos e Financiamentos	762.599	31,83	157,87	609.205	25,19	126,12	379.425	17,06	78,55	483.047	23,46	100,00	375.059	48,55	-
Empréstimos e Financiamentos	762.599	31,83	166,15	609.007	25,18	132,69	376.963	16,95	82,13	458.980	22,29	100,00	-	-	-
Em Moeda Nacional	693.855	28,96	164,00	461.667	19,09	109,12	100.479	4,52	23,75	423.093	20,54	100,00	-	-	-
Em Moeda Estrangeira	68.744	2,87	191,56	147.340	6,09	410,57	276.484	12,43	770,43	35.887	1,74	100,00	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	1.128	0,05	4,69	24.067	1,17	100,00	375.059	48,55	-
Financiamento por Arrendamento F	-	-	100,00	198	0,01	100,00	1.334	0,06	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Outras Obrigações	22.573	0,94	31,42	36.231	1,50	50,42	182.850	8,22	254,48	71.854	3,49	100,00	-	-	-
Passivos com Partes Relacionadas	5.728	0,24	41,52	6.217	0,26	45,07	141.349	6,36	1.024,64	13.795	0,67	100,00	-	-	-
Outros	16.845	0,70	29,01	30.014	1,24	51,70	41.501	1,87	71,48	58.059	2,82	100,00	-	-	-
Financiamentos de Impostos e Enca	14.372	0,60	30,15	25.635	1,06	53,78	34.616	1,56	72,63	47.663	2,31	100,00	-	-	-
Outros Passivos de Longo Prazo	2.473	0,10	23,79	4.378	0,18	42,11	6.886	0,31	66,23	10.396	0,50	100,00	-	-	-
Tributos Diferidos	76.492	3,19	72,24	94.143	3,89	88,91	99.879	4,49	94,33	105.887	5,14	100,00	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição So	76.492	3,19	72,24	94.143	3,89	88,91	99.879	4,49	94,33	105.887	5,14	100,00	-	-	-
Provisões	150.903	6,30	52,66	173.609	7,18	60,59	293.932	13,22	102,58	286.538	13,91	100,00	28.513	3,69	-
Provisões Fiscais Previdenciárias Tra	150.903	6,30	59,64	125.637	5,19	49,65	248.567	11,18	98,24	253.022	12,29	100,00	-	-	-
Provisões Fiscais	9.672	0,40	3,82	12.103	0,50	4,78	132.883	5,98	52,52	253.022	12,29	100,00	-	-	-
Provisões Previdenciárias e Trabalh	6.551	0,27	100,00	4.631	0,19	100,00	6.793	0,31	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Provisões Cíveis	134.680	5,62	100,00	108.903	4,50	100,00	108.891	4,90	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Outras Provisões	-	-	-	47.972	1,98	143,13	45.365	2,04	135,35	33.516	1,63	100,00	-	-	-
Patrimônio Líquido	970.759	40,52	127,45	981.425	40,57	128,86	839.786	37,76	110,26	761.651	36,98	100,00	326.497	42,27	-
Capital Social Realizado	398.395	16,63	87,42	443.501	18,33	97,32	435.907	19,60	95,66	455.702	22,13	100,00	121.323	15,71	-
Reservas de Lucros	423.874	17,69	701,97	355.177	14,68	588,20	207.872	9,35	344,25	60.383	2,93	100,00	-	-	-
Reserva Legal	27.284	1,14	689,00	21.777	0,90	549,92	12.829	0,58	323,97	3.960	0,19	100,00	-	-	-
Reserva Estatutária	374.584	15,63	663,88	308.522	12,75	546,80	195.043	8,77	345,68	56.423	2,74	100,00	-	-	-
Dividendo Adicional Proposto	22.006	0,92	100,00	24.878	1,03	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	484	0,02	100,00	(78.334)	(10,14)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.490	6,20	60,59	182.746	7,55	74,57	196.008	8,81	79,98	245.081	11,90	100,00	-	-	-

Tabela 6– Análise Vertical e Horizontal Passivo

Fazendo uma análise do balanço patrimonial da empresa, pode-se representar graficamente de acordo com a sua estrutura da seguinte forma:



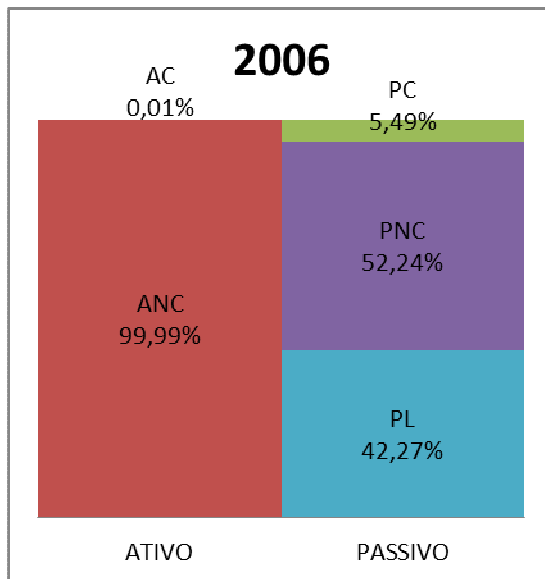


Gráfico 1 – Estrutura Balanço Patrimonial

Pelas as análises das estruturas acima podemos averiguar que o existe uma ampla participação de origem de recurso de terceiros a longo prazo que sustenta em média 24% das aplicações de recurso a curto prazo, salvo no ano de 2006 onde os dados apresentados no CVM no ativo circulante da empres é quase nulo em relação ao ativo total. Na análise vertical o grupo que apresenta maior representatividade no ativo é as contas Aplicações financeira representando 23% do total das aplicações e na forma horizontal precebemos que a mesma conta teve um crescimento de 151% dos ano de 2007 tomado como base.

No grafico estrural precebemos que o PNC mantem em média 45% e na conta contábil que apresenta a maior proporção no neste grupo é a conta de Empréstimos e Financiamentos contendo 32% dos 42% que representa o PNC, na análise horizontal seu amento foi de 58%.

Após verificar aonde ocorreram as principais mudanças no balanço patrimonial, aplicando os mesmos criterios na demonstração do resultado do exercicio obtemos o seguintes quocientes:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO															
Descrição	2010	AV%	AH%	2009			2008			2007			2006		
				Ajustado	AV%	AH%	Ajustado	AV%	AH%	Ajustado	AV%	AH%	Ajustado	AV%	AH%
Faturamento	2.132.607	100,00	87,86	1.559.264	100,00	64,24	2.160.179	100,00	89,00	2.427.292	100,00	100,00	-	-	-
Imp., Dev. e abatimentos	(295.772)	(13,87)	115,97	(250.577)	(16,07)	98,25	(271.623)	(12,57)	106,50	(255.033)	(10,51)	100,00	-	-	-
Rec. Líq. de Venda de Bens e/ou Serv.	1.836.835	100,00	95,81	1.308.687	100,00	68,26	1.888.556	100,00	98,50	1.917.225	100,00	100,00	-	-	-
Custo dos Bens e/ou Serv. Vend.	(1.476.157)	(80,36)	95,67	(1.134.840)	(86,72)	73,55	(1.471.333)	(77,91)	95,35	(1.543.011)	(80,48)	100,00	-	-	-
Resultado Bruto	360.678	19,64	96,38	173.847	13,28	46,46	417.223	22,09	111,49	374.214	19,52	100,00	-	-	-
Despesas/Receitas Operacionais	(175.060)	(9,53)	66,42	20.461	1,56	(7,76)	(165.397)	(8,76)	62,75	(263.576)	(13,75)	100,00	44.826	-	-
Despesas com Vendas	(78.116)	(4,25)	61,49	(57.699)	(4,41)	45,42	(92.631)	(4,90)	72,91	(127.047)	(6,63)	100,00	-	-	-
Despesas Gerais e Adm.	(48.682)	(2,65)	107,32	(40.621)	(3,10)	89,55	(43.040)	(2,28)	94,88	(45.361)	(2,37)	100,00	(7.139)	(15,93)	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	98.178	7,50	(147,80)	-	-	-	(66.426)	(3,46)	100,00	(27.436)	(61,20)	-
Outras Despesas Operacionais	(98.257)	(5,35)	383,38	-	-	-	(41.879)	(2,22)	163,40	(25.629)	(1,34)	100,00	(8.451)	(18,85)	-
Resultado de Equivalência Pat.	49.995	2,72	5.638,53	20.603	1,57	2.323,70	12.153	0,64	1.370,62	887	0,05	100,00	87.852	195,98	-
Resultado Financeiro	1.949	0,11	-	40.250	3,08	-	(84.285)	(4,46)	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	66.244	3,61	-	70.811	5,41	-	176.967	9,37	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	(64.295)	(3,50)	-	(30.561)	(2,34)	-	(261.252)	(13,83)	-	-	-	-	-	-	-
Result. Antes dos Trib. sobre o Lucro	187.567	10,21	169,53	234.558	17,92	212,00	167.541	8,87	151,43	110.639	5,77	100,00	44.826	100,00	-
IR e CSLL	(33.136)	(1,80)	(139,77)	(60.076)	(4,59)	(253,40)	16.907	0,90	71,31	23.708	1,24	100,00	-	-	-
Corrente	(41.363)	(2,25)	373,28	(24.013)	(1,83)	216,71	(42.984)	(2,28)	387,91	(11.081)	(0,58)	100,00	-	-	-
Diferido	8.227	0,45	23,65	(36.063)	(2,76)	(103,66)	59.891	3,17	172,15	34.789	1,81	100,00	-	-	-
Res. Líq. das Op. Continuadas	154.431	8,41	114,95	174.482	13,33	129,87	184.448	9,77	137,29	134.347	7,01	100,00	44.826	100,00	-
Lucro/Prejuízo do Período	154.431	8,41	114,95	174.482	13,33	129,87	184.448	9,77	137,29	134.347	7,01	100,00	44.826	100,00	-

Tabela 7– Análise Vertical e Horizontal DRE

Com os dados calculados podemos apresentar as seguinte representações gráficas:

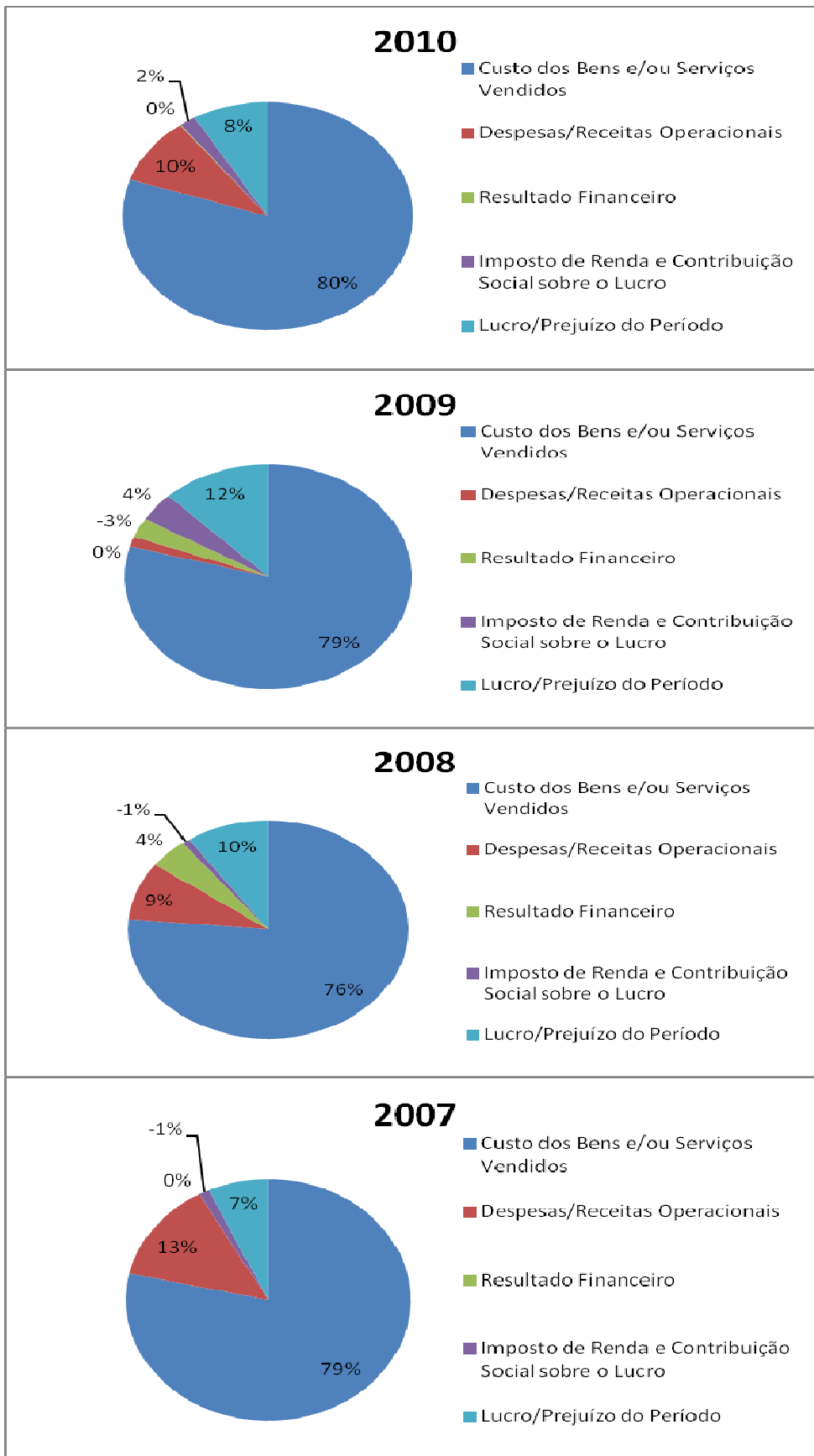


Gráfico 2 – Estrutura Demonstração do Resultado do Exercício

Apresentando graficamente fica claro que a maior parcela da receita líquida de impostos, devoluções e abatimentos está em média 80% comprometida para cobrir os custos dos produtos vendidos. Da mesma forma tomando como base de análise o período de 2007 verificamos que a Receita Líquida manteve-se estável reduzindo apenas 4% os custos seguiram a mesma linha. O seu lucro em 2010 foi maior devido às operações de equivalência patrimonial que representa 3% da receita líquida, como os gráficos apresentados demonstram que a operação da empresa seguiram quase um padrão, o aumento de 1% do lucro é gerado pelo saldo líquido das equivalências patrimonial.

À seguir, pode-se notar os índices das análises financeira, estrutural, econômica e capital de giro.

GRUPO	DENOMINAÇÃO	FORMULA	2010	2009	2008	2007	2006
ANÁLISE FINANCEIRA	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,84	1,25	1,08	1,10	0,00
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circ - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,00	1,42	1,36	1,48	0,00
	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,42	1,72	1,88	1,98	0,00
	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circ + Realiz a Longo prazo}}{\text{Passivo Circ + Exigível a Longo prazo}}$	0,96	0,94	0,86	0,83	0,46

Tabela 8 – Análise Financeira

Tendo em vista os índices da análise Financeira podemos verificar que quando se os cálculos comparam as contas circulantes de curto prazo pode-se dizer que a Tupy está em situação financeira excelente a curto prazo, mas quando atribui no cálculo as contas de longo prazo a empresa fica apenas com 0,96 de ativo para cada passivo em 2010, isso devido ao alto saldo da conta de Empréstimos e Financiamento. Abaixo os índices de análise estrutural.

GRUPO	DENOMINAÇÃO	FORMULA	2010	2009	2008	2007	2006
ANÁLISE ESTRUTURAL	Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	146,80%	146,47%	164,83%	170,38%	136,60%
	Composição das Exigibilidades	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	28,95%	36,47%	30,93%	27,00%	9,51%
	Imobilização de Recursos Próprios	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	98,47%	101,22%	112,10%	125,50%	0,03%
	Capitalização	$\frac{\text{Capital Próprios Médio}}{\text{Ativo Médio}}$	40,55%	39,23%	37,39%	38,43%	-

Tabela 9 – Análise Estrutural

Nesta análise podemos verificar que a Tupy esta utilizando mais origens de terceiros para financiar suas aplicações, este índice tem esta relevancia devido a aquisição de empréstimos e financiamentos de longo prazo que representam em média 42% do passivo total. Na composição da exigibilidades podemos notar que as dividas de curto prazo são pouco participativas no montante de capital de terceiros.

No índice de imobilização de recurso reparam que em média 100% do ativo permanente esta contido no patrimonio liquido, no calculos de capitalização do ano de 2007 para 2010 teve um aumento de 2%.

GRUPO	DENOMINAÇÃO	FORMULA	2010	2009	2008	2007	2006
ANALISE ECONOMICA	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	8,41%	13,33%	9,77%	7,01%	0,00%
	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$	6,41%	7,52%	8,61%	9,49%	0,00%
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	15,82%	19,16%	23,04%	24,69%	0,00%
	Produtividade	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$	0,76	0,56	0,88	1,35	-

Tabela 10 – Análise Economica

No aspecto econômico, a empresa apresenta uma boa situação pois de acordo com os índices de rentabilidade de patrimonio liquido de 2007 a 2010 já foram recuperado 82% do valor aplicado na empresa, significa que se manter o mesmo nivel de vendas e custos de produtos faltam apenas 18% para a Tupy recuperar todo seu capital investido. Na margem Líquida apresentada obteve oscilações mas manteve-se em média 9%, garantindo assim a rentabilidade de 15% no ano de 2010, em 2009 é a maior margem dos anos analisados isso devido a empresa ter neste ano 56% do lucro líquido em outras receitas não especificadas.

GRUPO	DENOMINAÇÃO	FORMULA	2010	2009	2008	2007	2006
ANALISE CAPITAL DE GIRO	Capital em Circularização(Cap. Em Giro)	Σ Ativo	2.395.845	2.418.897	2.223.973	2.059.351	772.481
	Capital Circulante(CG)	Σ Ativo Circulante	998.183	901.829	806.554	694.561	69
	Capital Circulante Líquido (CGL)	Ativo Circulante - Passivo Circulante	585.664	377.544	378.453	344.185	(42.344)
	Capital Circulante Próprio(CGP)	Patrimônio Líquido - Ativo Não Circulante	(426.903)	(535.644)	(577.633)	(603.140)	(445.916)

Tabela 11 – Análise Capital de Giro

De acordo com a análise de capital de Giro podemos verificar que o capital circulante líquido da empresa nos respectivos anos de 2007 para 2010, obteve um aumento de 70%, já no capital circulante próprio como já visto em outro índice de capitalização, a empresa mantém suas atividades com base em capital de terceiro a longo prazo.

Com base nas formulas mencionadas no desenvolvimento deste trabalho apresentamos os cálculos de ciclometria para análise, cabe ressaltar que para algumas formulas foram utilizados percentuais arbitrados para impostos e % de MAP neste caso utilizado 40% de MAP e 2% e 17% de IPI e ICMS respectivamente, nos dados apresentados pela CVM também não consta valores separados de Devoluções e Abatimentos, então para efetuar os cálculos foram utilizados os valores de receita bruta como base.

	2010	2009	2008	2007	2006
1 CÁLCULO DO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS CPV = Elpa + CPA - EFpa CPA = EFpa - Elpa + CPV	1.476.157 1.476.157 1.501.227	1.134.840 1.134.840 1.097.620	1.471.333 1.471.333 1.475.685	1.543.011 1.543.011 1.610.602	- - -
2 CÁLCULO DO CUSTO DA PRODUÇÃO ACABADA CPA = Elpe + CPP - EFpe CPP = Efpe + CPA - Eipe	1.501.227 1.496.044	1.097.620 1.095.019	1.475.685 1.481.557	1.610.602 1.638.754	- (0,23)
3 MATERIAIS APLICADOS NA PRODUÇÃO MAP = Eimp + compras Liquidadas - Efmp Compras Liquidada = Efmp - Eimp + MAP MAP = 40 % X CPP (40% por estimativa porcentagem arbitrada)	595.614 598.417	433.103 438.008	598.937 592.623	684.130 655.502	- (0,09)
4 CÁLCULO DE COMPRAS BRUTAS $COMPRAS\ BRUTAS = \frac{Compras\ Liquidadas \times (1 + \%IPI)}{1 - \%ICMS}$ IPI = 2% ICMS = 17% Alíquotas arbitradas	607.526	441.765	610.915	697.812	(0,17)
5 CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO ESTOQUES DE M.P. $PME_{cp} = \frac{\left(\frac{EI_{cp} + EF_{cp}}{2}\right) \times T}{MAP} \times \frac{MAP}{RB - DevA} =$	4,83	7,50	5,30	2,12	-
6 CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES EM ELABORAÇÃO $PME_{pe} = \frac{\left(\frac{EI_{pe} + EF_{pe}}{2}\right) \times T}{CPA} \times \frac{CPA}{RB - DevA} =$	4,87	7,56	5,18	2,09	-
7 CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO DE PRODUTOS ACABADOS $PME_{pa} = \frac{\left(\frac{EI_{pa} + EF_{pa}}{2}\right) \times T}{CPV} \times \frac{CPV}{RB - DevA} =$ Utilizado apenas a RB, pois nos demonstrativos de 2008 não apresentavam os valores de Dev. e Abatimentos separados.	7,98	12,31	11,63	5,01	-
8 CÁLCULO DO PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS DE DUPLICATAS CLIENTES $PME_{dr} = \frac{\left(\frac{SI_{dr} + SF_{dr}}{2}\right) \times T}{VP} \times \frac{VP}{RB - DevA} =$ VP = Vendas a Prazo considerado 80% da RB =>	33,95	56,71	24,13	-	-
9 CÁLCULO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES $PM_{dpg} = \frac{\left(\frac{SI_{dpg} + SF_{dpg}}{2}\right) \times T}{Compras\ Brutas} \times \frac{Compras\ Brutas}{RB - DevA} =$	19,09	19,61	10,22	8,20	-

Tabela 12 – Calculos da Ciclotmetria

Após os calculo efetuados podemos resumir o dados em uma única tabela para uma melhor visualização:

CICLOMETRIA	2010	2009	2008	2007	2006	IDEAL
PMEmp	4,83	7,50	5,30	2,12	-	2,00
PMEpe	4,87	7,56	5,18	2,09	-	3,00
PMÉpa	7,98	12,31	11,63	5,01	-	5,00
Ciclo de Produção (PMEmp+PMEpe+PMÉpa)	17,68	27,37	22,10	9,22	-	10,00
PMEdr	33,95	56,71	24,13	-	-	25,00
Ciclo Operacional (CP +PMEdr)	51,63	84,08	46,24	9,22	-	35,00
PMEdp	19,09	19,61	10,22	8,20	-	15,00
Ciclo Financeiro Equivalente (CO - PMEdp)	32,55	64,47	36,01	1,03	-	20,00

	2010	2009	2008	2007	2006	IDEAL
Receita p/ dia = Receita Bruta / 360 dias	5.924	4.331	6.000	6.742	-	4.600
Receita dia x Ciclo Financeiro equivalente	192.796	279.230	216.096	6.920	-	91.993
Disponível	558.168	454.837	171.107	387.019	44	314.235
Necessidade de caixa	(365.372)	(175.607)	44.989	(380.099)	(44)	(222.242)

Tabela 13 – Ciclotmetria

Por oportuno, percebe-se graficamente a evolução da ciclotmetria, desde o ano de 2007 até 2010.

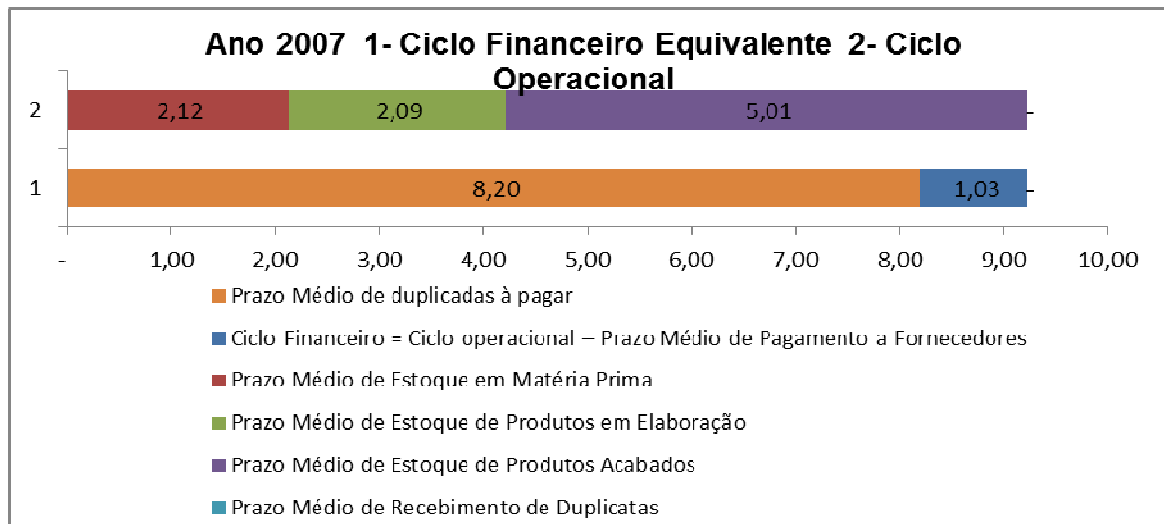


Gráfico 3 – Ciclotmetria ano 2007

No ano de 2007, o que se vê é o alto prazo médio de duplicatas a pagar e de estoque de produtos acabados. Isso se deve a inicialização da empresa em 2006 e a busca de crédito para investimentos e compras de materiais para a produção.

Já no início de 2008, com o início das vendas, esses prazos são diminuídos e o que aumenta são os prazos para pagamentos de fornecedores e recebimentos de duplicatas.

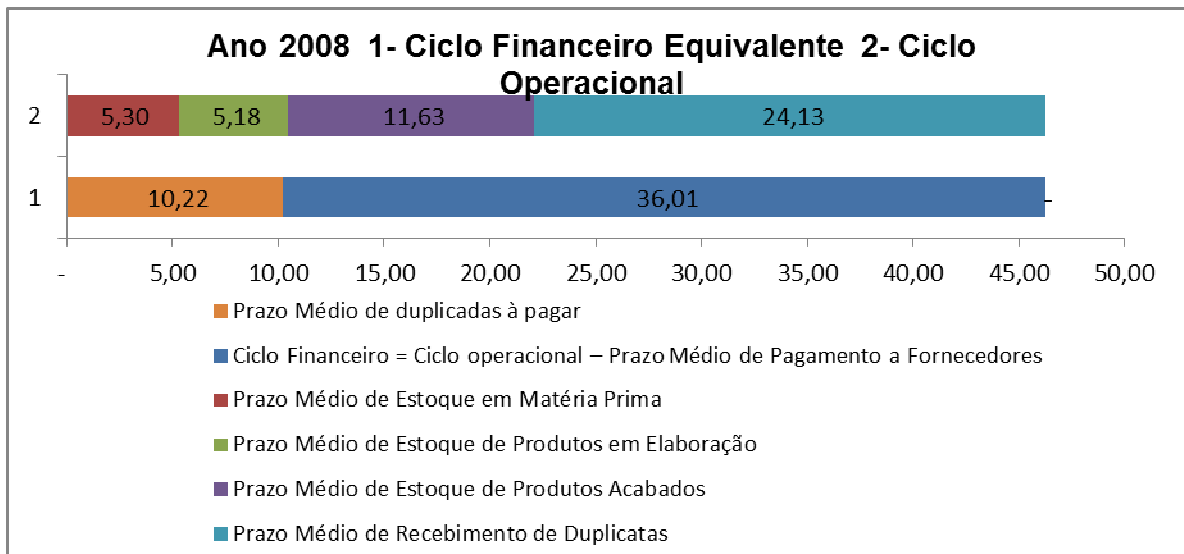


Grafico 4 – Ciclometria ano 2008

Com o crescimento dos negócios no ano de 2009, observa-se que a empresa busca maior prazo com seus fornecedores e também estende o prazo para o recebimento de duplicatas.

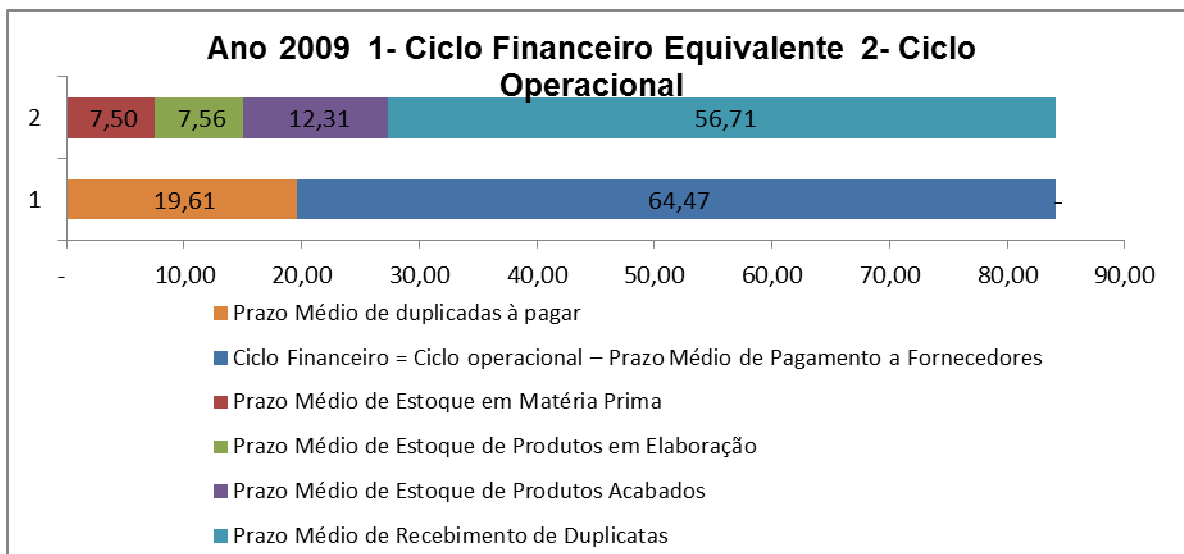


Grafico 5 – Ciclometria ano 2009

Contudo, é apenas no ano de 2010 que os prazos tanto de pagamento de fornecedores quanto do recebimento de duplicatas se equiparam. Com essa compensação de prazos a pagar e receber se torna mais exata a ciclometria da empresa.

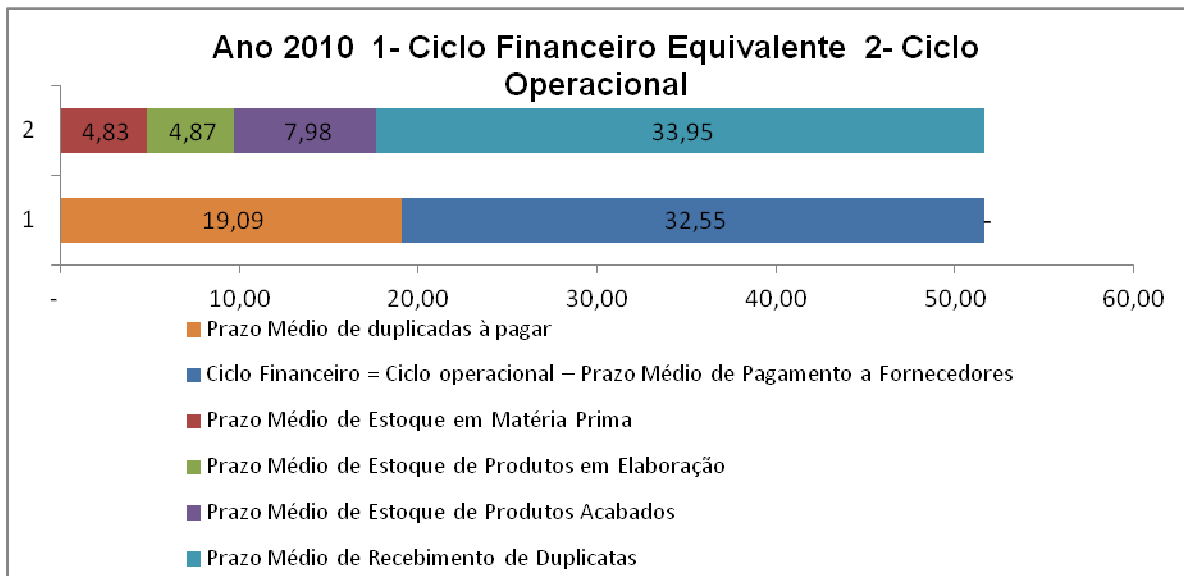


Gráfico 5 – Ciclotria ano 2010

Para a empresa ficar no índices ideais deverá diminuir em 7 dias o seu ciclo de produção que esta em 17 dias, tendo seu ciclo de produção mais rapido pode garantir prazos de entrega e com este diferencial pode tentar reduzir o prazo médio de recebimento de cliente para 25 dias, desta maneira o ciclo operacional quem em 2010 é 51,93 dias iria para 35 dias. De acordo com a tabela dos índices de ciclotria verifica-se que em 2010 a necessidade de caixa é de R\$ 365.372. Nos calculos de prazos médio ideais onde foram utilizados o valores médio de receita dia e disponivel no periodos analisados a necessidade de caixa cai para R\$ 222.242.

Na sequencias das análises apresentamos a reclassificação de conta de acordo com o modelo Fleuriet, onde as contas de ativo e passivo são classificadas de conforme o seu ciclo operacional ou Financeiro.

ATIVO						
Descrição	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado	Classificação
Ativo Total	2.395.845	2.418.897	2.223.973	2.059.351	772.481	
Ativo Circulante	998.183	901.829	806.554	694.561	69	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.269	2.042	2.445	164.930	44	ACF
Aplicações Financeiras	556.899	452.796	168.661	222.090	-	ACF
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor	556.899	452.796	168.661	222.090	-	ACF
Títulos para Negociação	-	-	-	224.784	-	ACF
Títulos Disponíveis para Venda	556.899	452.796	168.661	(2.695)	-	ACF
Contas a Receber	200.615	201.661	289.593	-	-	ACC
Clientes	200.615	201.661	289.593	-	-	ACC
Estoques	172.663	157.202	224.304	177.234	-	ACC
Produtos Acabados	59.794	34.724	71.943	67.591	-	ACC
Produtos em Elaboração	26.239	31.423	34.024	28.152	-	ACC
Matérias-Primas	27.233	30.037	34.942	28.628	-	ACC
Materias de Processo	26.509	29.660	52.185	23.405	-	ACC
Materiais de manutenção e outros	36.755	37.592	39.999	37.861	-	ACC
Provisão para perdas	(3.867)	(6.233)	(8.789)	(8.404)	-	ACC
Despesas Antecipadas	1.243	2.504	2.394	-	-	ACC
Outros Ativos Circulantes	65.494	85.624	119.156	130.308	25	ACC
Outros	65.494	85.624	119.156	130.308	25	ACC
Ferramentais de Terceiros	30.259	40.882	47.408	35.485	-	ACC
Impostos e Contribuições a Recuperação	18.433	31.847	52.418	64.441	-	ACC
Títulos a Receber e Outros	16.802	12.896	19.331	30.382	25	ACC
Ativo Não Circulante	1.397.662	1.517.069	1.417.419	1.364.791	772.413	
Realizável a Longo Prazo	365.524	446.481	383.812	376.749	203.886	ANC
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor	19.963	15.231	-	-	-	ANC
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor	-	-	-	-	182.168	ANC
Tributos Diferidos	62.101	68.964	202.068	154.917	-	ANC
Imposto de Renda e Contribuição Social	62.101	68.964	202.068	154.917	-	ANC
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	10.283	-	-	ANC
Outros Ativos Não Circulantes	283.460	362.286	171.461	221.833	21.718	ANC
Impostos e Contribuições a Recuperação	190.215	263.936	110.916	140.539	21.502	ANC
Créditos Eletrobrás	90.284	95.003	57.318	77.848	-	ANC
Depósitos Judiciais e Outros	2.961	3.347	3.228	3.446	216	ANC
Investimentos	76.268	77.220	92.196	32.164	568.434	ANC
Participações Societárias	76.268	77.220	92.196	-	-	ANC
Participações em Controladas	75.686	76.572	91.559	30.312	568.132	ANC
Outras Participações Societárias	582	648	637	1.851	302	ANC
Imobilizado	955.870	993.367	941.411	955.877	93	ANC
Imobilizado em Operação	747.203	836.612	825.471	907.566	93	ANC
Imobilizado Arrendado	2.037	4.126	6.022	-	-	ANC
Imobilizado em Andamento	206.630	152.630	109.918	48.311	-	ANC

PASSIVO						
Descrição	2010	2009 Ajustado	2008 Ajustado	2007 Ajustado	2006 Ajustado	Classificação
Passivo Total	2.395.845	2.418.897	2.223.973	2.059.351	772.481	
Passivo Circulante	412.519	524.284	428.101	350.375	42.412	PCC
Obrigações Sociais e Trabalhistas	89.901	45.216	61.957	70.512	1.442	PCC
Obrigações Sociais	10.830	8.578	9.786	-	-	PCC
Obrigações Trabalhistas	79.071	36.637	52.171	70.512	1.442	PCC
Fornecedores	119.276	106.857	63.029	110.531	-	PCC
Fornecedores Nacionais	109.344	100.508	54.860	96.205	-	PCC
Fornecedores Estrangeiros	9.932	6.349	8.169	14.326	-	PCC
Obrigações Fiscais	2.454	3.976	40.307	55.253	12.733	PCC
Obrigações Fiscais Federais	2.300	3.900	40.244	55.253	12.733	PCC
Obrigações Fiscais Estaduais	53	-	-	-	-	PCC
Obrigações Fiscais Municipais	101	77	62	-	-	PCC
Empréstimos e Financiamentos	75.718	128.148	127.596	16.681	28.219	PCO
Empréstimos e Financiamentos	75.540	126.989	124.380	11.358	-	PCO
Em Moeda Nacional	11.189	33.424	35.117	290	-	PCO
Em Moeda Estrangeira	64.351	93.565	89.263	11.069	-	PCO
Debêntures	-	-	489	1.811	28.219	PCO
Financiamento por Arrendamento F	178	1.159	2.728	3.512	-	PCO
Outras Obrigações	125.170	240.087	135.212	93.539	18	PCO
Outros	125.170	240.087	135.212	93.539	18	PCO
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pa	42.933	47.473	48.399	18.836	16	PCO
Obrigações por Pagamentos Basead	-	-	-	4.745	-	PCO
Financiamento de Impostos e Encar	11.193	108.936	11.891	12.127	-	PCO
Adiantamento de Clientes	38.946	47.556	49.249	44.684	-	PCO
Títulos a Pagar e Outros	32.098	36.122	25.672	13.146	3	PCO
Provisões	-	-	-	3.860	-	PCO
Passivo Não Circulante	1.012.567	913.188	956.086	947.326	403.572	
Empréstimos e Financiamentos	762.599	609.205	379.425	483.047	375.059	PNC
Empréstimos e Financiamentos	762.599	609.007	376.963	458.980	-	PNC
Em Moeda Nacional	693.855	461.667	100.479	423.093	-	PNC
Em Moeda Estrangeira	68.744	147.340	276.484	35.887	-	PNC
Debêntures	-	-	1.128	24.067	375.059	PNC
Financiamento por Arrendamento F	-	198	1.334	-	-	PNC
Outras Obrigações	22.573	36.231	182.850	71.854	-	PNC
Passivos com Partes Relacionadas	5.728	6.217	141.349	13.795	-	PNC
Outros	16.845	30.014	41.501	58.059	-	PNC
Financiamentos de Impostos e Enca	14.372	25.635	34.616	47.663	-	PNC
Outros Passivos de Longo Prazo	2.473	4.378	6.886	10.396	-	PNC
Tributos Diferidos	76.492	94.143	99.879	105.887	-	PNC
Imposto de Renda e Contribuição S	76.492	94.143	99.879	105.887	-	PNC
Provisões	150.903	173.609	293.932	286.538	28.513	PNC
Provisões Fiscais Previdenciárias Tr	150.903	125.637	248.567	253.022	-	PNC
Provisões Fiscais	9.672	12.103	132.883	253.022	-	PNC
Provisões Previdenciárias e Trabalh	6.551	4.631	6.793	-	-	PNC
Provisões Cíveis	134.680	108.903	108.891	-	-	PNC
Outras Provisões	-	47.972	45.365	33.516	-	PNC
Patrimônio Líquido	970.759	981.425	839.786	761.651	326.497	PNC
Capital Social Realizado	398.395	443.501	435.907	455.702	121.323	PNC
Reservas de Lucros	423.874	355.177	207.872	60.383	-	PNC
Reserva Legal	27.284	21.777	12.829	3.960	-	PNC
Reserva Estatutária	374.584	308.522	195.043	56.423	-	PNC
Dividendo Adicional Proposto	22.006	24.878	-	-	-	PNC
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	484	(78.334)	PNC
Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.490	182.746	196.008	245.081	-	PNC

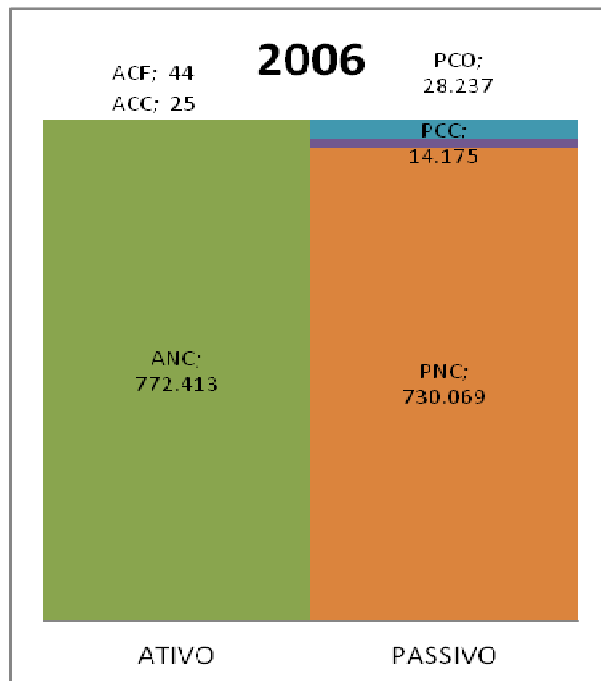
Tabela 14 – Classificação contas Modelo Fleuriet

Com as classificação das contas efetuadas podemos efetuar os calculos Capital de giro (CCL), necessidade de capital de giro (NCG ou IOG) e saldo da tesouraria (ST), indices necessários para verificar a tipologia de cada periodo apresenta, determinando uma analise economico finaceira de conforme o modelo Fleuriet.

Tipo	Formula	2010	2009	2008	2007	2006
ST	ACF - PCO	357.280	86.602	(91.701)	272.940	(28.193)
IOG	ACC - PCC	228.384	290.942	470.155	71.246	(14.150)
CCL	PNC - ANC	585.664	377.544	378.453	344.185	(42.344)

Tabela 15 – Caculos Analise Modelo Fleuriet

Com o calculos pronto podemos apresentar os graficos de tipologia de cada anos analisando-os individualmente.



Restrições: $ST < 0$

$IOG < 0$

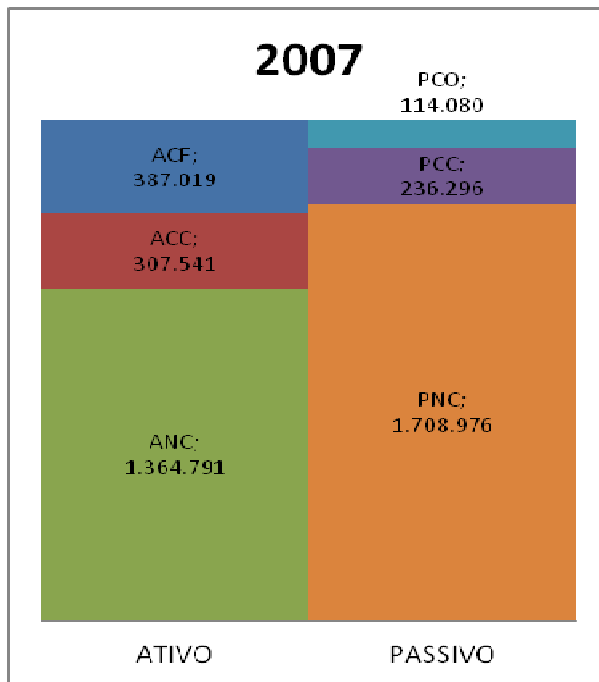
$CCL < 0$

Condição: $ST > CCL < IOG$

Liquidez Corrente = 0

Gráfico 6 - Tipologia Ano 2006

Conforme os cálculos este tipo de balanço se caracteriza no tipo V situação financeira muito ruim, neste caso por se tratar no inicio das atividades da empresa pode-se constar que as suas aplicações de recursos estão concentradas no Ativo não circulante voltando a analise vertical percebe-se que a neste período a conta que apresenta maior concentração são investimentos em participações em controladas participando percentualmente em 74%.



Restrições: $ST > 0$

$IOG > 0$

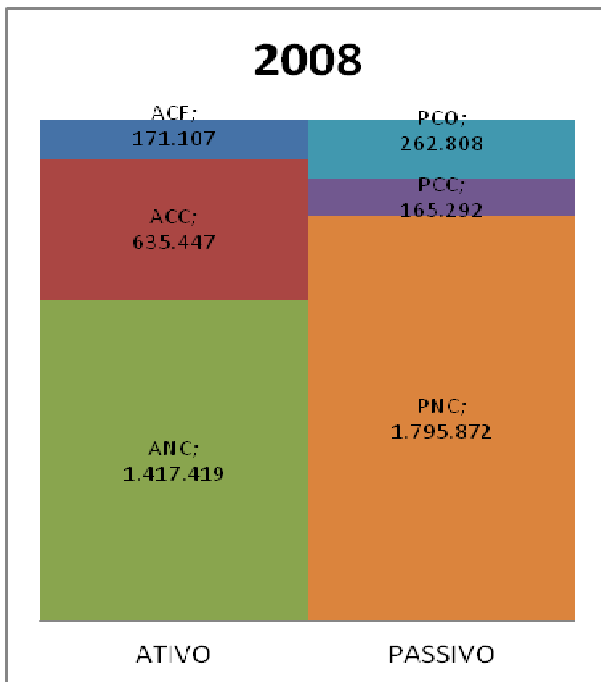
$CCL > 0$

Condição: $ST < CCL > IOG$

Liquidez Corrente = 1,98

Gráfico 7 - Tipologia Ano 2007

Neste período podemos constatar que de acordo com as restrições a classificação é tipo II situação financeira sólida, isso também pode ser verificado quando efetuamos o cálculo da liquidez corrente, o mesmo apresenta uma situação financeira boa pois para cada 1 real de passivo circulante a companhia possui 1,98 de ativo circulante. O gráfico indica que a empresa possui recursos permanentes aplicados no ativo circulante cíclico e um grande folga financeira para saldar suas dívidas a curto prazo.



Restrições: $ST < 0$

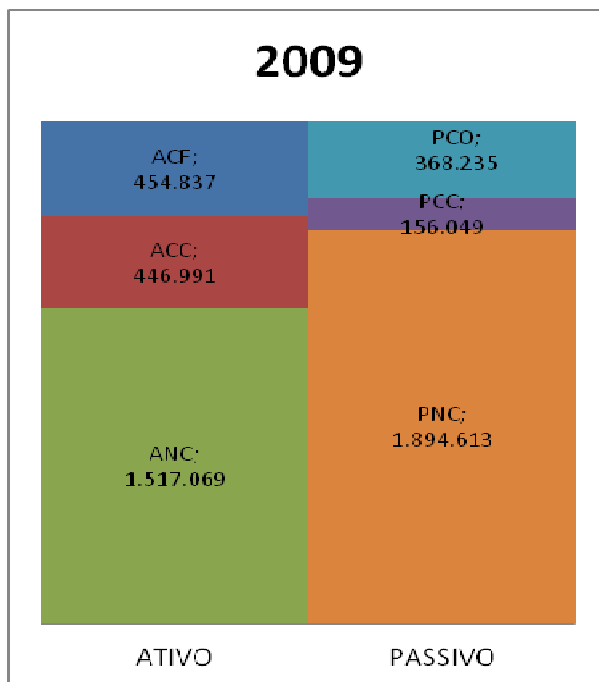
$IOG > 0$

$CCL > 0$

Condição: $ST < CCL < IOG$

Liquidez Corrente = 1,88

Gráfico 8 - Tipologia Ano 2008



Restrições: $ST > 0$

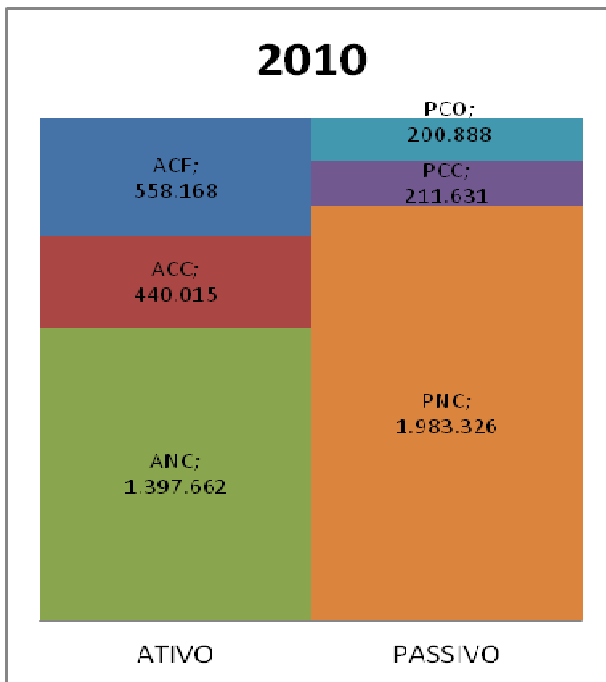
$IOG > 0$

$CCL > 0$

Condição: $ST < CCL > IOG$

Liquidez Corrente = 1,72

Gráfico 9 - Tipologia Ano 2009



Restrições: $ST > 0$

$IOG > 0$

$CCL > 0$

Condição: $ST < CCL > IOG$

Liquidez Corrente = 2,42

Gráfico 10 - Tipologia Ano 2010

Conforme os gráficos apresentados pode-se constatar que nos últimos dois anos a Tupy de acordo com a dinâmica financeira de Fleureit, sendo classificada como tipo II - Situação financeira sólida. Segundo Braga (1991, p. 11) "Este tipo de balanço, indica, ou seja, há uma insuficiência de recursos operacionais para a manutenção das atividades, caracterizando uma situação de dependência fontes de recursos de curto prazo, que são utilizadas de forma complementar".

Nestes períodos o capital de giro é suficiente para suprir a necessidade de capital de giro, esta constatação de situação financeira sólida também é verificada pelo índice de liquidez corrente que em 2010 chega a R\$ 2,42 para cada passivo circulante.

7 CONCLUSÕES

Conforme definido na introdução, que as empresa estão devem está atentas a informações de seus negócios. Assim como a Contabilidade e as Demonstrações Contábeis são de grande instrumento para auxiliar os gestores a tomar decisões, ou seja, coleta os dados econômicos, mensura-os monetariamente, registra e sumariza em forma de relatórios, que contribuem para tomada de decisão.

De acordo com Ferrari (2009), as Demonstrações Contábeis têm por fim a exposição clara, sistematizada e objetiva da situação patrimonial, econômica e financeira de uma entidade.

Já para Padoveze (2010), Análise de Balanço constitui-se em um processo de meditação sobre os Demonstrativos Contábeis, objetivando uma avaliação da situação de empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. E que avaliação sobre a empresa tem por finalidade analisar o resultado e o desempenho da empresa, detectar os pontos fortes e fracos do processo operacional e financeiros da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa.

Do mesmo modo Herrmann (2004) afirmava, para assegurar o êxito de qualquer administração e garantir assim a integridade patrimonial contra qualquer surpresa, é necessário colocar a atividade econômica sobre base planejada, formulando previsões econômicas, estabelecendo probabilidades e controlando as previsões mediante as técnicas da análise econômico-financeira dos balanços periódicos.

De acordo com a empresa analisada, dentre algumas análises apresentadas, no que se refere ao Endividamento Total, ela apresentou uma situação razoavelmente bem nos períodos apresentados. E que houve um crescimento do Lucro Líquido do Exercício e que os seus resultados foram satisfatórios no 1º trimestre de 2010. Diante da análise financeira do modelo Fleuriet constatou que companhia apresenta uma situação financeira sólida nos últimos três anos dos cinco períodos analisados, da mesma forma que na dinâmica financeira de Fleuriet os índices de análise financeira mais comuns apresentam índices que revelam ótima

situação financeira na questão econômica a empresa apresentou uma evolução satisfatória gerando 82% de recuperação dos recursos aplicados. Esse trabalho conclui que a nosso ver, não basta ter uma boa visão das Demonstrações Contábeis e sim saber interpretar as análises. Assim, com as análises das Demonstrações Contábeis, deve assumir também o papel de tradução dos elementos contidos nas Demonstrações Financeiras.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Roberto. Análise avançada do capital de giro. caderno de estudos nº3. São Paulo: FIDECABI/USP, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 785/95. Brasília: CFC, 1995.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 03**. Disponível em: www.cpc.org.br, acesso em 11/02/2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26**. Disponível em: www.cpc.org.br, acesso em 15/02/2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação nº15**. Disponível em: www.cnb.org.br, acesso em 18/02/2012.

FAUR, Adriana Rodrigues et al. Balanço Relatório de Desempenho Social? Análise dos Setores Petroquímico e elétrico no Rio de Janeiro. **Revista Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: CRC-RJ, Ano VI, nº25, p. 20-25, ag o./set. 2004.

FERRARI, Ed Luiz. **Análise de Balanços**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Ricardo José. Análise das **Demonstrações Contábeis: Teoria e Questões Comentadas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2010.

FIPECAFI, **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAM, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

HERCKERT, W. e SILVA, R.A.C. O Futuro da Riqueza: Análise da tendência Patrimonial. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, Ano XXXV, nº 161, p. 83-97, set./out. 2006.

HERMANN JUNIOR, Frederico. **Análise de Balanços para Administração Financeira: Análise Econômica e Financeira do Capital das Empresas**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não Contadores**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. e MARION, J.C. **Curso de contabilidade para não contadores**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, Guilherme Adolfo dos Santos. **Contabilidade Geral para Concursos**. 2 ed. São Paulo: Novas Conquistas, 2003.

NEVES, Silvério das e VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 14 ed. São Paulo: Frase, 2005. 710p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Básica**. 2 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 358p.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez e BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 284p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 368p.

ROSA, Paulo Moreira da e SILVA, Almir Teles da. Fluxo de Caixa: instrumento de planejamento e controle financeiro e base de apoio ao processo decisório. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, Ano XXXI, nº135, p. 82-96, mai./jun. 2002.

PINTO, Leonardo José Seixas. **Contabilidade Introdutória**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Florense, 2005. 315p.

SANTOS, Marcos Igor da Costa e SILVA, Manuel Soares da. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA como Ferramenta na Medição da Riqueza no Setor de Telefonia no Brasil. **Revista Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: CRC-RJ, Ano XI, nº46, p. 39-45, out./dez. 2009.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 229p.

SOUZA, Luiz Carlos de. **Controladoria aplicada aos pequenos negócios**. Curitiba: Juruá, 2008. 146p.